



Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 06.500.139/0001-26  
Companhia Aberta



Relatório da Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado - Ajustado¹	4T22	4T21	Var (%)		12M22		12.M21		Var (%) A   A
			T22	T21	Acum. 2022	Acum. 2021			
<b>Receita Bruta Saraiva</b>	<b>27.498</b>	<b>24.052</b>	<b>14,3%</b>	<b>22,782</b>	<b>20,7%</b>	<b>86.843</b>	<b>91.166</b>	<b>-4,7%</b>	
Lojas Físicas	27.210	22.516	20,8%	22.042	23,4%	84.048	77.595	8,3%	
Saraiva.Com	288	1.536	-81,2%	740	-61,0%	2.795	13.571	-79,4%	
<b>Receita Líquida Saraiva</b>	<b>27.224</b>	<b>23.501</b>	<b>15,8%</b>	<b>22.810</b>	<b>19,4%</b>	<b>86.582</b>	<b>88.883</b>	<b>-2,6%</b>	
Lojas Físicas	26.938	22.048	22,2%	22.069	22,1%	83.771	75.419	11,1%	
Saraiva.Com	286	1.453	-80,3%	740	-61,4%	2.810	13.464	-79,1%	
<b>Lucro Bruto Saraiva</b>	<b>12.653</b>	<b>11.665</b>	<b>8,5%</b>	<b>10.347</b>	<b>22,3%</b>	<b>37.335</b>	<b>35.346</b>	<b>5,6%</b>	
Margem Bruta	46,5%	49,6%	-3,2 p.p.	45,4%	1,1 p.p.	43,1%	39,8%	3,4 p.p.	
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(20.218)</b>	<b>33.382</b>	<b>-161%</b>	<b>83.311</b>	<b>-124%</b>	<b>166.455</b>	<b>(7.477)</b>	<b>2326%</b>	
Despesas (despesas) Operacionais	(23.239)	(18.467)	25,8%	(21.633)	7,4%	(86.420)	(81.929)	-5,5%	
Outras Despesas/Receitas Operacionais (Eleitos RJ)	3.021	51.849	-94,2%	104.944	-97,1%	252.875	74.452	239,6%	
<b>EBITDA</b>	<b>(7.565)</b>	<b>45.047</b>	<b>-116,8%</b>	<b>93.658</b>	<b>-108,1%</b>	<b>203.790</b>	<b>27.869</b>	<b>631,2%</b>	
Margem EBITDA Recorrente (%)	-27,8%	191,7%	-219,5 p.p.	410,6%	-438,4 p.p.	235,4%	31,4%	204,0 p.p.	
Impactos Não Recorrentes/Efeitos IFRS 16¹ sobre as Desp. Operacionais	(5.139)	(54.956)	90,6%	(104.277)	4,9%	(246.202)	(108.044)	-127,9%	
<b>EBITDA Ajustado¹</b>	<b>(12.704)</b>	<b>(9.909)</b>	<b>-28,2%</b>	<b>(10.619)</b>	<b>-19,6%</b>	<b>(42.412)</b>	<b>(80.175)</b>	<b>47,1%</b>	
Margem EBITDA ajustada (%)	-46,7%	-42,2%	-4,5 p.p.	-46,6%	-0,1 p.p.	-49,0%	-90,2%	41,2 p.p.	
Impactos Não Recorrentes/Efeitos IFRS 16¹ sobre Resultado Financeiro	1.207	(1.786)	167,6%	1.591	75,9%	(3.964)	28.295	114,0%	
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas</b>	<b>(11.497)</b>	<b>(11.695)</b>	<b>1,7%</b>	<b>(9.028)</b>	<b>-27,3%</b>	<b>(46.376)</b>	<b>(51.879)</b>	<b>10,6%</b>	
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%)¹	-42,2%	-49,8%	7,5 p.p.	-39,6%	-2,6 p.p.	-53,6%	-58,4%	4,8 p.p.	
Res. Líq. das Op. Descont.	(3.751)	403	1031,2%	(417)	-800,2%	(7.023)	(900)	-680,8%	
(Liq. Impostos) e Participação Monotriária	(15.247)	(11.292)	-35,0%	(9.445)	-161,4%	(53.399)	(52.779)	-1,2%	
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado</b>	<b>(15.247)</b>	<b>(11.292)</b>	<b>-35,0%</b>	<b>(9.445)</b>	<b>-161,4%</b>	<b>(53.399)</b>	<b>(52.779)</b>	<b>-1,2%</b>	
Margem Líquida Ajustada (%)	-56,0%	-48,0%	-8,0 p.p.	-41,4%	-14,6 p.p.	-61,7%	-59,4%	-2,3 p.p.	

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Crescimento Lojas (Same Store Sales)	37%	-26,9%	64,2 p.p.	29%	8,3 p.p.	22%	-26%	48,1 p.p.
Crescimento Saraiva.Com (E-commerce)	-81%	-78%	-2,9 p.p.	-61%	-20,2 p.p.	-79%	-75%	-4,2 p.p.
Quantidade de Lojas do Período	33	37	-4	32	1	33	37	-4
Área Total de Vendas (m²)	18.345	20.044	(1.699)	18.142	203	18.345	20.044	(1.699)

RECEITA

4T22: a receita líquida alcançou R\$ 27,2 milhões, registrando aumento de 15,8% quando comparada com o 4T21.

2022: a receita líquida das lojas físicas alcançou R\$ 86,5 milhões, registrando uma queda de 2,6% quando comparada com o ano de 2021.

RECEITA LOJAS FÍSICAS

4T22: a receita líquida de lojas físicas no 4T22 atingiu R\$ 26,9 milhões, o que representa um aumento de 22,2% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. O Same Store Sales, ou seja, as vendas das mesmas lojas comparadas entre o 4T22 e 4T21 teve aumento de 37,3%, o que demonstra sua capacidade de recuperação frente aos desafios enfrentados nos últimos anos.

2022: a receita líquida das lojas físicas alcançou R\$ 83,7 milhões, registrando uma recuperação de 11,1% quando comparada com o ano de 2021.

RECEITA E-COMMERCE

4T22: a venda líquida do site Saraiva.com foi de R\$0,3 milhões, registrando um declínio de 80,0% em relação ao 4T21.

2022: a venda líquida do site Saraiva.com foi de R\$2,8 milhões, registrando uma queda de 79,1% em relação ao 2021.

A baixa performance de venda do site se deve a problemas estruturais na solução, motivo pelo qual foi totalmente reformulado em outubro de 2022. O e-commerce atua efetivamente como um marketplace, oferecendo produtos de lojas parceiras, distribuídos em seções de games, papeleria, presentes e, futuramente, eletrônicos.

RESULTADO BRUTO

4T22: o lucro bruto apresentou uma redução de 3,2 p.p. na margem bruta, que passou de 49,6% no 4T21 para 46,5% no 4T22. O maior ofensor da margem neste período foi o ajuste da provisão de obsolescência e truncados que representou 3,0% da receita líquida.

2022: a margem bruta apresentou de 3,4 p.p., passando de 39,8% em 2021 para 43,1% em 2022. A recuperação se dá pela concentração da venda em livros e papeleria, bem como redução no percentual de descontos oferecidos aos clientes.

DESPESAS OPERACIONAIS

4T22: a linha de despesa operacional contábil, totalizou R\$ 23,2 milhões no 4T22, apresentando um aumento de despesa no total de R\$ 53,6 milhões em relação ao 4T21.

2022: para o acumulado de 2022, a linha Receita (Despesas) Operacionais contábil foi uma receita de R\$166,5 milhões, variando positivamente R\$173,9 milhões quando comparada com o ano de 2021.

Estas variações decorrem dos impactos do IFRS 16 e eventos relacionados ao PRJ citados nos comentários de eventos não recorrentes.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA - O EBITDA é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. A Companhia divulga o EBITDA, conforme facilita a Resolução CVM nº 156 de outubro de 2022.

Com o objetivo de refletir de modo consistente com a formação do resultado das atividades recorrentes da Companhia, o EBITDA também é apresentado ajustado ("EBITDA ajustado") retirando os efeitos de: resultado por impairment, despesas e receitas não recorrentes; resultados originados de provisões para contingências passivas; e efeitos do CPC 06 (R2) - IFRS-16.

O EBITDA ajustado do 4T22 recuou de R\$ 2,8 milhões em relação ao 4T21. Para o acumulado do ano de 2022 em relação a 2021, a melhoria foi de 47%.

Tabela 2. RECONCILIAÇÃO EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

EBITDA	4T22	4T21	T/T	3T22	Var (%) 22	Acum. 2022	Acum. 2021	A/A
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado</b>	<b>(15.247)</b>	<b>(11.292)</b>	<b>-35,0%</b>	<b>(9.445)</b>	<b>-61,4%</b>	<b>(53.399)</b>	<b>(52.779)</b>	<b>-1,2%</b>
(+) Resultado Financeiro Líquido	204	4.300	95,2%	(112)	282,3%	12.361	(18.821)	165,7%
(+) Depreciação e Amortização	3.377	4.793	29,5%	3.504	3,6%	14.423	19.195	24,9%
(+) Efeitos IFRS 16	(4.788)	(7.307)	34,5%	(4.983)	3,9%	(22.820)	(28.669)	20,4%
(+) Participação Minoritárias	3	3	100,0%	9	100,0%	10	2	-400,0%
(+) Res. Líq. Op. Descontinuadas/Outros	3.751	(406)	1024,4%	408	820,1%	7.013	898	-681,4%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(12.704)</b>	<b>(9.909)</b>	<b>-28,2%</b>	<b>(10.619)</b>	<b>-19,6%</b>	<b>(42.412)</b>	<b>(80.175)</b>	<b>47,1%</b>
Margem EBITDA ajustado (%)	-46,7%	-42,2%	-4,5 p.p.	-47%	-0,1 p.p.	-49%	-90%	41,2 p.p.
(+) Impairment	(1.835)	—	—	(1.240)	-48,0%	9.276	(83.977)	-111,0%
(+) Contingências (Cíveis, Trabalhistas e Tributárias)	6.444	41.965	85%	6.791	5%	11.550	60.312	-81%
Outros impactos	530	12.991	96%	98.727	99%	225.376	131.709	71%
<b>EBITDA</b>	<b>(7.565)</b>	<b>45.047</b>	<b>-117%</b>	<b>93.658</b>	<b>108%</b>	<b>203.789</b>	<b>27.869</b>	<b>-63%</b>
Margem EBITDA (%)	-27,8%	191,7%	-219,5 p.p.	411%	-438,4 p.p.	235%	31%	204,0 p.p.

CAPITAL DE GIRO - O prazo médio de recebimento foi de 14 dias no 4T22, apresentando um aumento de 3 dias, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu 17 dias, passando de 211 dias no 4T21 para 151 dias no 4T22. Para o cálculo dos dias do ciclo operacional, utilizamos a média dos últimos 12 meses.

RECEITA (DESPA) FINANCEIRA LÍQUIDA - O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 IFRS 16, foi de R\$ 8,6 milhões positivos no quarto trimestre de 2022, composto principalmente pelo cálculo AVP (ajuste a valor presente) do passivo da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO - O lucro/prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 11,5 milhões negativos no 4T22, indicando melhora de 1,7% em relação ao 4T21. Para o acumulado de 2022, o prejuízo foi de R\$46,4 milhões, apresentando uma recuperação de 10,6% em relação ao acumulado de 2021.

LIQUIDEZ - Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo total de caixa disponível, caixa bloqueado e recebíveis de cartão de crédito era de R\$ 5,4 milhões, contra R\$ 8,4 milhões em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir apresenta a evolução da dívida líquida consolidada cuja redução se deve à amortização da dívida com o Banco do Brasil, cedida para a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., adquirente das UPIs "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos creditórios".

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado - Ajustado¹	4T22	4T21	VAR%		3T22	Var %
			4T22/4T21	4T22/3T22		
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>21.941</b>	<b>178.340</b>	<b>-87,7%</b>	<b>22.596</b>	<b>-2,9%</b>	
(-) Caixa e Equivalente de Caixa/Aplicações Financeiras	1.904	8.022	-76,3%	8.210	-77,8%	
<b>Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis</b>	<b>20.037</b>	<b>170.318</b>	<b>88,2%</b>	<b>14.386</b>	<b>39,3%</b>	
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	3.560	407	774,3%	5.946	-40,1%	
<b>Dívida Líquida Após Recebíveis</b>	<b>16.477</b>	<b>169.911</b>	<b>90,3%</b>	<b>8.440</b>	<b>-95,2%</b>	

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

NOSSAS LOJAS - A Saraiva encerrou o 4T22 com 33 lojas ativas.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária  
O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 08 de fevereiro de 2023 decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trust sucessivo (continuado) em matéria tributária. A Administração baseada na análise de seus assessores jurídicos acerca dos processos judiciais tributários, em que a Saraiva e o Varejo são ou foram partes, não identificou nenhum processo com trânsito em julgado que possa ser impactado pela citada decisão com efeitos sobre as suas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

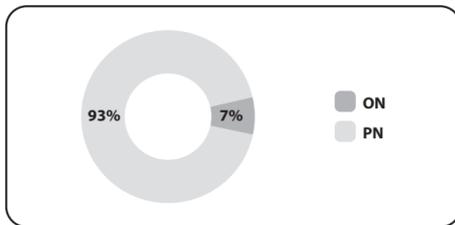
Assembleia Geral Extraordinária - AGE

Por decisão judicial proferida nos autos do processo da recuperação judicial da Saraiva, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 1 de fevereiro de 2023, foi suspensa a AGE convocada em 10 de janeiro de 2023, para deliberações apresentadas na Proposta da Administração de 26 de janeiro de 2023, entre elas, deliberar sobre o aumento de capital para a conversão de créditos delitidos por credores pós-concursais no montante de R\$24.535.

Encerramento de atividades operacionais de lojas da rede  
No primeiro trimestre de 2023, alinhando ao planejamento da Administração voltado à reestruturação da rede de lojas, que prioriza as unidades de maior rentabilidade e encerra as atividades daquelas com baixa perspectiva de geração de valor, foram encerradas em 28 de fevereiro e 20 de março de 2023, respectivamente, as operações das lojas Shopping Aracaju, na cidade de Aracaju (SE), e Shopping Manaira, na cidade de João Pessoa (PB).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva em 31 de dezembro de 2022 é de R\$317.416 mil em, representado por 9.635.040 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 671.819 são ações ordinárias (ON), e 8.963.221 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 448 ações ordinárias em tesouraria.



COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2022 com 463 colaboradores. As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produzividade.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela RSM Brasil Auditores Independentes. <https://www.rsm.global/brazil/pt-br>  
A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao inciso VI do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, os diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis, nos termos da lei e do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis, autorizando sua conclusão e divulgação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do Artigo 27 da Resolução CVM 80/2022, os Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis, nos termos da lei e do estatuto social, declaram que reviram e discutiram o relatório dos auditores independentes e concordam com a opinião expressa no referido relatório.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2022, sem o qual, não teria sido possível alcançar os resultados do ano.

São Paulo, 20 de março de 2023

A Administração

INFORMAÇÕES TELECONFERÊNCIA

A Teleconferência sobre os resultados do 4T22 da Saraiva, conduzida em português, será realizada no dia 29 de março de 2023, às 14:30 (horário de Brasília). A teleconferência será transmitida ao vivo por meio de streaming de áudio.

Para mais detalhes, acesse: [www.saraiva.com.br](http://www.saraiva.com.br)

TELECONFERÊNCIA EM PORTUGUÊS

Horários:

Brasil BRT (Brasília): 14:30 h

Para acompanhar a teleconferência pela Internet, conecte-se pela Plataforma de Webcast

PLATAFORMA DE WEBCAST

Português: <https://webcastlive.mziq.com/cover.html?webcastId=b621a49f-86d7-4dc8-970c-576157b38e29>

Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial - Relatório da Administração - 4T22

São Paulo, 31 de dezembro de 2022 - Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial - ("Saraiva" ou "Companhia") (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. - Em Recuperação Judicial ("Varejo") com o intuito de fornecer aos seus Acionistas e ao Mercado em Geral informações relevantes sobre a Companhia, encaminha a seguir os Resultados Financeiros referentes ao quarto trimestre de 2022, comparados aos mesmos períodos do ano anterior exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Saraiva encerrou 2022 confirmando sua resiliência em meio a acontecimentos, como o retorno do varejo físico após o controle da pandemia; a aprovação do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial da Saraiva - PRJ e a estabilização da operação de venda de livros. Apesar do cenário econômico adverso, de inflação e juros altos, a operação da Saraiva chegou ao final do 4º trimestre com 33 lojas físicas, com presença marcante em 16 Estados e crescimento de 8,3% nas vendas, mesmo com uma redução de 8,5% em piso de lojas, demonstrando, desta forma, a capacidade de aumento da produtividade por loja e a força de recuperação da Companhia por meio de suas lojas físicas.

Todas essas importantes evoluções foram acompanhadas de perto pela Diretoria da Companhia que demonstrou o resultado de suas ações por meio do aumento das operações de consignação, com o retorno de diversas editoras relevantes para a manutenção dessa modalidade de negócio, reduzindo, assim, a pressão sobre o estoque e caixa. Em paralelo, ao longo do ano de 2022, a Companhia continuou a negociação com os locadores para efetivar a redução dos custos de aluguel em diversas unidades, buscando adequar o tamanho das lojas mais antigas à nova realidade econômica, ação que resultou em redução de 7,8% no tamanho médio das lojas da Saraiva.

Desde o deferimento do pedido de recuperação judicial, em novembro de 2018, a Saraiva busca estabilizar suas operações e manter a eficiência do seu parque de lojas; proteger o caixa e, com isso, garantir a continuidade de sua operação. A Companhia encerrou o exercício de 2022 com a conclusão da primeira fase de seu e-commerce, totalmente remodelado, e investimento na agenda de eventos em suas lojas físicas e em forte programação cultural para incentivar a literatura, formar novos leitores e gerar mais engajamento com a marca.

Com a

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)					Passivo e Passivo a Descoberto				
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
<b>Ativo</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	1.904	8.022	Fornecedores	14	3.362	1.145	54.145
Contas a receber de clientes	5	-	3.874	710	Empréstimos e arrendamentos	12	-	-	31.650
Estoque	6	-	16.601	18.852	Obrigações sociais e trabalhistas	16	197	232	3.488
Impostos e contribuições a recuperar	7	180	179	3.731	Impostos e contribuições a receber	15	1.651	188	3.896
Adiantamento a fornecedores		186	-	1.581	Receita diferida - programa de fidelização	13	-	-	430
Outros créditos		1.601	96	1.822	Arrendamento mercantil - locação de lojas (parcela variável)	24	-	-	11.785
Despesas antecipadas		877	1.089	1.401	Créditos por recuperação judicial	30	756	1.092	4.884
Total do ativo circulante		2.856	8.914	30.914	Créditos pós concursais	31	32	-	10.800
<b>Não Circulante</b>					Créditos conversíveis em ações	32	18.854	-	24.510
Realizável a longo prazo:					Outras obrigações		373	-	1.477
Partes relacionadas	9.a)	58.615	50.490	-	Total do passivo circulante		25.225	2.657	147.065
Depósitos judiciais	17	8.675	11.564	25.210	<b>Não Circulante</b>				
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.578	4.954	6.363	Empréstimos e arrendamentos	12	-	-	38.728
Outros créditos		-	-	11	Provisão para perda com investimento em controlada	10	372.872	527.006	-
Despesas antecipadas		280	311	821	Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	17	16.572	42.829	130.448
Total do ativo não circulante		70.148	67.319	32.405	Impostos e contribuições a receber	15	3.430	-	12.229
					Créditos por recuperação judicial	30	1.822	2.741	119.004
Investimentos:					Créditos pós concursais	31	-	-	6.100
Propriedades para investimento		23	23	23	Outras obrigações		837	-	1.735
Outros		57	100	44.260	Total do passivo não circulante		395.533	572.576	308.244
Imobilizado	11	70.228	67.442	76.688	<b>Passivo a Descoberto</b>				
Total do ativo não circulante					Capital social	18.a)	337.416	301.976	337.416
					Ações em tesouraria	18.b)	(233)	(233)	(233)
					Plano de opção de ações		5.329	5.329	5.329
					Bônus de subscrição		41.034	41.034	41.034
					Prejuízos acumulados		(731.220)	(846.983)	(731.220)
					Participação de não controladores	18.e)	(347.674)	(498.877)	(347.674)
					Participação de não controladores		-	-	(33)
					Total do passivo a descoberto		(347.674)	(498.877)	(347.707)
					<b>Total do Passivo e Passivo a Descoberto</b>		<b>73.084</b>	<b>76.356</b>	<b>107.602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações do Resultado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21
<b>Receita Operacional Líquida</b>	19	-	-	86.582	88.883		
Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	20	-	-	(49.247)	(53.537)		
<b>Lucro Bruto</b>				37.335	35.346		
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>							
Vendas	20	-	-	(52.721)	(49.418)		
Gerais e administrativas	20	(30.402)	(6.001)	(58.788)	(32.511)		
Depreciações e amortizações		(42)	(53)	(14.423)	(19.195)		
Equivalência patrimonial	10	119.295	27.868	-	-		
Outras despesas operacionais	21	(650)	(322)	(1.864)	(89.521)		
Outras receitas operacionais	22	2.588	4.111	279.829	163.973		
<b>Lucro Antes do Resultado Financeiro</b>				90.789	25.603		
<b>Resultado Financeiro</b>				189.368	8.674		
Receitas financeiras	23	8.972	2.995	14.303	55.033		
Despesas financeiras	23	(3.118)	(2.097)	(107.018)	(37.204)		
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>				5.854	898		
<b>Lucro Líquido das Operações Continuadas</b>				96.643	26.501		
<b>Operações Descontinuadas</b>				96.643	26.501		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos)				19.120	19.696		
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>				115.763	46.197		
Atribuível a:							
Participação controladora				115.763	46.197		
Participação não controladora	18.e)			10	2		
<b>Lucro Básico por Ação - R\$</b>				115.773	46.199		
ON	25			12.02235	25.52012		
PN	25			12.01532	25.50534		
<b>Lucro Diluído por Ação - R\$</b>							
ON	25			12.02235	25.52012		
PN	25			12.01532	25.50534		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21
<b>Lucro líquido do exercício</b>							
<b>Resultado Abrangente Total</b>							
Resultado abrangente atribuível aos:							
Acionistas controladores				115.763	46.197		
Acionistas não controladores	18.e)			10	2		
				115.773	46.199		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21
<b>Lucro líquido do exercício</b>							
<b>Resultado Abrangente Total</b>							
Resultado abrangente atribuível aos:							
Acionistas controladores				115.763	46.197		
Acionistas não controladores	18.e)			10	2		
				115.773	46.199		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21
<b>Geração do Valor Adicionado</b>							
Vendas de mercadorias e serviços				87.671	90.905		
Perda com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões				87	(220)		
Outras receitas operacionais				2.588	25.538		
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				2.588	25.538		
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos				-	(49.350)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros				(28.812)	(50.623)		
Outras despesas operacionais				-	(21.427)		
<b>Valor Adicionado Bruto Gerado</b>				(26.224)	(902)		
<b>Retenções</b>							
Depreciações e amortizações	11	(42)	(53)	(15.944)	(20.974)		
<b>Resultado das Operações Descontinuadas</b>				19.120	19.696		
<b>Valor Adicionado Líquido Gerado</b>				(7.146)	(18.741)		
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>							
Equivalência patrimonial	10	119.295	27.868	-	-		
Receitas financeiras	23	8.972	2.995	14.303	55.033		
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>				128.267	30.863		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				121.121	49.604		
Empregados - pessoal e encargos sociais				1.471	1.145		
Governo - impostos, taxas e contribuições				783	165		
Créditos financeiros - despesas financeiras, excluindo o IOF				3.104	2.097		
Locatários - aluguéis				-	435		
Acionistas - absorção de prejuízos				115.763	46.197		
Participação não controladora	18.e)			-	10		
				121.121	49.604		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial ("Controladora" ou "Companhia") é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. - Em Recuperação Judicial ("Varejo" ou "Controlada"). O Varejo tem como subsidiária integral a NK 178 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK 178").

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papeleria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 31 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ("Segundo Aditamento ao PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado em 19 de abril de 2022. (Nota explicativa nº 30).

A NK 178 é sociedade por ações brasileira de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2022, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pelo Varejo, que detém participação direta de 100% de suas ações ordinárias e, cujo objeto social é o de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior.

A Companhia está mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. O resultado das medidas tomadas, aliadas à homologação judicial do Segundo Aditamento ao PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, relacionados à reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional e às alterações na estrutura de Governança Corporativa, sinalizam o potencial de superação das dificuldades. No entanto, mesmo diante do cumprimento das principais obrigações do PRJ e dos esforços incansáveis da Administração para garantir a manutenção das atividades, o Varejo continua enfrentando dificuldades para a geração de caixa, além de severas restrições de crédito, impostas por instituições financeiras, sejam em decorrência da recuperação judicial da Companhia, sejam pela atual conjuntura econômica do País. Contudo, a Administração é otimista acerca do sucesso das ações que estão em curso voltadas à captação de recursos para estruturação do projeto de franquias e de operações financeiras com a negociação de créditos tributários para cobrir necessidades de caixa e assegurar a continuidade das operações e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
**2.1. Declaração de conformidade**  
As demonstrações contábeis foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2023 e compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

**2.2. Declaração de relevância**  
Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) OCPC 07.

**2.3. Base de mensuração**  
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

**2.4. Moeda funcional e de apresentação**  
A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

**2.5. Principais fontes de julgamento e estimativas**  
A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar efeitos divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisadas. As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 5  
b) Perdas com obsolescência de estoques - nota explicativa nº 6  
c) Impostos diferidos - nota explicativa nº 8  
d) Redução aos valores de recuperação dos ativos - nota explicativa nºs 7 e 11  
e) Programa de fidelização de clientes do Varejo - nota explicativa nº 13  
f) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas - nota explicativa nº 17  
g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos - nota explicativa nº 26

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas a seguir são adotadas pela Companhia e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**a) Base de consolidação**  
As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

**Controlada**  
As políticas financeiras, operacionais e contábeis da Controlada são definidas e ajustadas pela Administração da Controladora. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis da Controlada encerradas na mesma data-base.

**Transações eliminadas na consolidação**  
Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com a Controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b) Operações descontinuadas**  
O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

**c) Receitas operacionais**  
As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços. A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 (cinco) etapas, estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado do exercício é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.



Saraiva Livreiros S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26  
Companhia Aberta



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<p><b>n) Arrendamento mercantil - passivo de arrendamento</b> Os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 12). <b>o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidas</b> • Correntes As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício. • Diferidos O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias da Companhia e do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação. Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados e mensurados, exceto em demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.</p>		<p>Financieiros VIII S.A. ("Travessia") apresentou Proposta Vinculante para aquisição da UPI Diretos Creditórios, representado pelo crédito decorrente das referidas ações judiciais, pelo montante de R\$ 54.320, nos termos do Segundo Aditivo - PRJ, que determinou a alienação da referida UPI mediante a realização de processo competitivo, concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta ofertada pela Travessia (Nota explicativa nº 30). O montante dos créditos registrados nas demonstrações contábeis foi ajustado ao valor de provável realização de R\$ 54.320 (R\$ 40.080 em 31 de dezembro de 2021), líquido de provisão para perda ao valor de realização de R\$ 81.169 (R\$ 93.520 em 31 de dezembro de 2021). Em 18 de julho de 2022, a Travessia deu em pagamento pela UPI Diretos Creditórios, quitação de parte do empréstimo para capital de giro, no montante de R\$ 50.000 (Nota explicativa nº 12) e R\$ 4.320, depositados em juízo, nos termos da recuperação judicial, tendo sido levantados pelo Varejo, o montante de R\$ 4.176 (Nota explicativa nº 30). <b>8. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)</b> • Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Companhia e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias. O montante consolidado de Prejuízos Fiscais de IR e Bases negativas de CSLL em 31 de dezembro de 2022 que poderá ser utilizado para a compensação de bases tributáveis e/ou o pagamento de passivos tributários, nos termos da legislação vigente sobre a utilização de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL de R\$ 730.047, correspondente a um crédito fiscal de R\$247.734 (R\$ 855.407 e R\$290.357 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente). Os créditos fiscais originados do imposto de renda - IR e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Companhia e do Varejo foram revertidos por não existirem históricos de lucro tributáveis nessas Companhias, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social</p>		<p>Principais informações das demonstrações contábeis consolidadas do Varejo:</p>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/22</th> <th>31/12/21</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo total</td> <td>93.235</td> <td>220.878</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante e não circulante</td> <td>466.140</td> <td>747.927</td> </tr> <tr> <td>Passivo a descoberto</td> <td>(372.905)</td> <td>(527.049)</td> </tr> <tr> <td>Custo operacional líquido</td> <td>36.582</td> <td>88.893</td> </tr> <tr> <td>Recita das mercadorias e serviços vendidos</td> <td>(49.247)</td> <td>(53.537)</td> </tr> <tr> <td>Lucro bruto</td> <td>37.335</td> <td>35.346</td> </tr> <tr> <td>Despesas operacionais</td> <td>(81.107)</td> <td>(75.928)</td> </tr> <tr> <td>Depreciações</td> <td>(14.381)</td> <td>(19.142)</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>276.027</td> <td>70.663</td> </tr> <tr> <td>Resultado operacional</td> <td>217.874</td> <td>10.939</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(98.569)</td> <td>16.931</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes dos impostos</td> <td>119.305</td> <td>27.870</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido</td> <td>119.305</td> <td>27.870</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/22	31/12/21	Ativo total	93.235	220.878	Passivo circulante e não circulante	466.140	747.927	Passivo a descoberto	(372.905)	(527.049)	Custo operacional líquido	36.582	88.893	Recita das mercadorias e serviços vendidos	(49.247)	(53.537)	Lucro bruto	37.335	35.346	Despesas operacionais	(81.107)	(75.928)	Depreciações	(14.381)	(19.142)	Outras	276.027	70.663	Resultado operacional	217.874	10.939	Resultado financeiro	(98.569)	16.931	Resultado antes dos impostos	119.305	27.870	Lucro líquido	119.305	27.870										
	31/12/22	31/12/21																																																					
Ativo total	93.235	220.878																																																					
Passivo circulante e não circulante	466.140	747.927																																																					
Passivo a descoberto	(372.905)	(527.049)																																																					
Custo operacional líquido	36.582	88.893																																																					
Recita das mercadorias e serviços vendidos	(49.247)	(53.537)																																																					
Lucro bruto	37.335	35.346																																																					
Despesas operacionais	(81.107)	(75.928)																																																					
Depreciações	(14.381)	(19.142)																																																					
Outras	276.027	70.663																																																					
Resultado operacional	217.874	10.939																																																					
Resultado financeiro	(98.569)	16.931																																																					
Resultado antes dos impostos	119.305	27.870																																																					
Lucro líquido	119.305	27.870																																																					
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>679</td> <td>679</td> <td>(679)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>2.490</td> <td>(2.440)</td> <td>(2.403)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>5.421</td> <td>(5.414)</td> <td>(5.408)</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>12.347</td> <td>(12.347)</td> <td>(12.387)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>20.937</b></td> <td><b>(20.880)</b></td> <td><b>57</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	679	679	(679)	Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.440)	(2.403)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.414)	(5.408)	Equipamentos de informática	20	12.347	(12.347)	(12.387)			<b>20.937</b>	<b>(20.880)</b>	<b>57</b>																	
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	679	679	(679)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.440)	(2.403)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.414)	(5.408)																																																			
Equipamentos de informática	20	12.347	(12.347)	(12.387)																																																			
		<b>20.937</b>	<b>(20.880)</b>	<b>57</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>10</td> <td>1.045</td> <td>1.050</td> <td>(1.049)</td> </tr> <tr> <td>Móveis, utensílios e instalações</td> <td>10</td> <td>26.238</td> <td>(24.879)</td> <td>(24.169)</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias em imóveis de terceiros</td> <td>(*)</td> <td>50.444</td> <td>(48.874)</td> <td>(55.744)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>32.429</td> <td>(32.318)</td> <td>(32.076)</td> </tr> <tr> <td>Direito de uso em arrendamento</td> <td>—</td> <td>81.430</td> <td>(40.211)</td> <td>41.219</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado em andamento</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>(40.052)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>191.588</b></td> <td><b>(147.326)</b></td> <td><b>44.260</b></td> </tr> </tbody> </table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado	Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)	Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)	Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)	Veículos	20	—	—	—	Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)	Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219	Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)			<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>		
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			
Máquinas e equipamentos	10	1.045	1.050	(1.049)																																																			
Móveis, utensílios e instalações	10	26.238	(24.879)	(24.169)																																																			
Benefetórias em imóveis de terceiros	(*)	50.444	(48.874)	(55.744)																																																			
Veículos	20	—	—	—																																																			
Equipamentos de informática	20	32.429	(32.318)	(32.076)																																																			
Direito de uso em arrendamento	—	81.430	(40.211)	41.219																																																			
Imobilizado em andamento	—	—	6	(40.052)																																																			
		<b>191.588</b>	<b>(147.326)</b>	<b>44.260</b>																																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">31/12/21</th> </tr> <tr> <th>Taxa anual de depreciação - %</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> <th>Custo</th> <th>Valor acumulado</th> </tr></thead></table>			Controladora		31/12/21		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																										
	Controladora		31/12/21																																																				
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor acumulado	Custo	Valor acumulado																																																			

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos da Companhia e aos do Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$37.553, líquidos de provisões constituídas no montante de R\$ 20.340 (R\$ 79.147 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 19.330 na Companhia e R\$ 59.877 no Varejo), sendo R\$ 26.257 na Companhia, levados ao resultado da operação descontinuada (Nota explicativa nº28); e R\$ 11.296 no Varejo, reconhecidos no resultado do exercício. Entre as principais alterações, destaca-se a reversão do montante de R\$ 44.414, estimados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em virtude da mudança de prognóstico de perda de provável para possível, para as ações judiciais da Companhia e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil e Receita Federal do Brasil - RF, a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos RF para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado resultou em favor da RF.

Composição das provisões e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:  
Provisões para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22
Contingências tributárias (a)	38.942	(24.179)	14.763	—
Contingências trabalhistas	2.258	(709)	1.549	—
Contingências cíveis	1.629	(1.369)	260	—
	<b>42.829</b>	<b>(26.257)</b>	<b>16.572</b>	<b>—</b>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22
Contingências tributárias (a)	141.978	(56.244)	85.734	—
Contingências trabalhistas	9.050	(1.649)	7.401	—
Contingências cíveis	16.973	(20.340)	37.313	—
	<b>168.001</b>	<b>(37.553)</b>	<b>130.448</b>	<b>—</b>

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2022, inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:  
i. Provisão no montante de R\$67.449, relacionada à apropriação de créditos das contribuições PIS e COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;  
ii. Autos de infração e imposição de multa para a Companhia e o Varejo, no montante de R\$14.480, envolvendo contribuições previdenciárias; e  
iii. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$3.806.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22
PIS/COFINS (a)	1.018	37	1.055	—
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	—	6.066	—
Outros processos judiciais e administrativos	3.856	(2.925)	931	—
Processos judiciais trabalhistas	624	(1)	623	—
	<b>11.564</b>	<b>(2.889)</b>	<b>8.675</b>	<b>—</b>
	Consolidado		Consolidado	
	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22
PIS/COFINS (a)	1.018	37	1.055	—
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	—	6.066	—
Outros processos judiciais e administrativos (b)	17.497	(2.609)	14.793	—
Processos judiciais trabalhistas	3.412	(116)	3.296	—
	<b>27.897</b>	<b>(2.687)</b>	<b>25.210</b>	<b>—</b>

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 incluem:  
(a) Ações judiciais impetradas pela Companhia e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, para o PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.  
(b) Inclui o montante de R\$9.364 relativos ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O (Imposto de Importação) e as contribuições sociais PIS e COFINS originados em eliminar parcialmente defendida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade dos impostos e alíquota zero para as contribuições sociais PIS e COFINS nos processos de importação do leitor digital - LEV.

Passivos Contingentes  
A Administração da Companhia e do Varejo discute administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível, não provisionadas, por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$560.726, sendo R\$236.882 para a Companhia e R\$323.844 para o Varejo (R\$335.439 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$185.071 e R\$150.368, respectivamente).

Os passivos tributários da Companhia e do Varejo estão relacionados, substancialmente, às discussões no âmbito administrativo com a RFB que tratam da impugnação de decisões que negaram pedidos de restituição e declarações de compensação de créditos tributários de PIS e COFINS para o pagamento de tributos federais instruídos pela Companhia e pelo Varejo, assim como multas isoladas impostas, no montante de R\$273.957 (244.098 em 31 de dezembro de 2021), para os quais há algumas decisões favoráveis no CARF e nos tribunais superiores.

Julgamento RE nº 1.063.187/SC pelo STF  
Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o imposto de renda - IR e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, inicialmente incidente sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originada de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 a abranger os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de processos administrativos ajustados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$ 1.889 (R\$47.059 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021) sobre os créditos a restituir de PIS e de COFINS, originados das ações em trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, excluindo a referida receita da apuração do IR e da CSLL. A Administração da Companhia e sua controlada, avalia com seus assessores jurídicos, os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituintes.  
Agravado interposto por credor nos autos da recuperação judicial  
Em 24/8/2022 em julgamento do Agravo de Instrumento interposto por um dos credores quirografários da recuperação judicial, o referido Acórdão considerando provimento parcial ao referido agravo, determinando que: i) os créditos sejam monetariamente corrigidos mediante adoção da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP; e ii) o prazo de supervisão da recuperação judicial, perdure pelos dois anos completos previstos no art. 61 da Lei 11.101/2005, ante os 180 dias inicialmente fixados na homologação do 2º Aditamento ao PRJ. Por seu turno, a Saraiva interps recurso especial em 27/9/2022 contra ambas as alterações impostas pela turma julgadora. O pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial requerido pela Saraiva foi indeferido em 12/10/2022, e, nesse momento, o recurso especial aguarda sua admissão. Caso o Recurso Especial seja desprovido e o Acórdão do TJ mantido, com a determinação de atualização monetária pela tabela prática do TJSP, ante o que prevê o PRJ, qual seja, a Taxa Referencial de juros - TR, a diferença estimada dos valores é no montante de R\$ 114.600. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é considerada possível.  
Acórdão do Superior Tribunal de Justiça de SP sobre alienação do imóvel de Guarulhos  
Em março de 2022 foi proferido Acórdão reformando a decisão anterior e anulando o edital de alienação do imóvel de Guarulhos, homologada em 22 de julho de 2021 e agravada por agravo de instrumento interposto por credor da recuperação judicial, para o quê, a Companhia opôs Embargos de Declaração, rejeitados em dezembro de 2022.

A Companhia interps recurso especial, buscando demonstrar a violação a dispositivo de lei federal e incluindo pedido de atribuição de efeito suspensivo. Em caso de deferimento do pedido de efeito suspensivo, a Companhia não estaria obrigada a promover um novo processo competitivo até o julgamento definitivo do recurso. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda do recurso é considerada como possível.

Composição dos passivos (Consolidado) com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:				
Natureza dos Processos	Objeto	31/12/22	31/12/21	
Tributária	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de créditos não homologados e ações judiciais.	428.014	295.683	
	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variáveis.	127.064	33.438	
Cível	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	5.648	6.318	
Trabalhista		5.648	6.318	
<b>Total</b>		<b>560.726</b>	<b>335.439</b>	

**18. PASSIVO A DESCOBERTO**  
a) Capital social  
Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 28 de setembro de 2022, foram deliberados:  
i) a ratificação da aprovação do Segundo Aditamento ao PRJ; ii) o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 30.000.000 (trinta milhões) de ações, assim como o aumento proporcional do limite de ações destinado à outorga de opções de compra; iii) o aumento do capital social da Companhia e sua homologação, mediante a capitalização de créditos, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como de outros créditos pós-concursais, em até R\$61.162, sendo o valor mínimo do aumento de R\$35.149, com emissão de ações preferenciais ao preço de emissão de R\$4.53 (Quatro reais e cinquenta e três centavos); e iv) autorização para a Diretoria tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas na referida AGE.  
O aumento de capital aprovado, de acordo com a manifestação dos credores da recuperação judicial pelo exercício da opção A, assim como pelos credores pós concursais, para o recebimento dos créditos por meio da sua conversão em participação no capital social da Companhia até a data de instalação da AGE, foi de R\$35.440, correspondendo a 7.823.321 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$4,53.  
O capital social da Companhia é de R\$337.416 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado, dividido em 9.635.040 ações, sem valor nominal, sendo 671.819 ações ordinárias e 8.963.221 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração e, mesmo independentemente de reforma estatutária, em até 30.000.000 (trinta milhões) de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ações, sendo permitida a destinação de até 42.855 (quarenta e duas mil oitocentos e cinquenta e cinco) ações para outorga de opções de compra, nos termos do Estatuto.  
O Estatuto Social da Companhia atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e sujeitam a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal e membros de Comitês às disposições do Regulamento Nível 2.  
As ações preferenciais da Companhia, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:  
• Direito de voto restrito, na forma do estatuto.  
• Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, na forma do estatuto.  
• Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.  
• Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.  
• Direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da Alienação de Controle da Companhia, nos termos do estatuto.  
Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.  
b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97  
A Controladora mantém 448 ações ordinárias em tesouraria, representadas por RS233, com valor de mercado de R\$3 (R\$6,60 por ação - cotação em 29/12/22).  
c) Dividendos e juros sobre o capital próprio  
E assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e arrendamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.  
d) Ajustes de avaliação patrimonial  
Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado "Terrenos" em decorrência da adoção da prática do custo atribuído ("deemed cost"), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

e) Participação de não controladores:  
Saldo no início do exercício (43) (45)  
Participação no resultado 10 2  
**Saldo no fim do exercício (33) (43)**

**19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	87.805	92.279
(-) Impostos incidentes	(1.089)	(2.022)
(-) Devoluções	(961)	(1.113)
(-) Diferencial da receita - Saraiva	827	(261)
	<b>86.582</b>	<b>88.883</b>

**20. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Custo das mercadorias	—	(49.247)	(53.573)	—
Despesa com pessoal e encargos	(332)	(85)	(27.939)	—
Honorários dos administradores	(1.390)	(1.098)	(2.255)	(1.854)
Arrendamento mercantil - parcela variável	—	—	(416)	989
Publicações legais	(123)	(224)	(293)	(295)
Condômino e fundos de promoção	—	(8.979)	(7.985)	—
Despesas legais e judiciais	—	(896)	(265)	—
Energia elétrica	—	(1.841)	(1.841)	—
Fretes e embalagens	—	(2.237)	(3.843)	—
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	—	(3.392)	(2.837)	—

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Serviços de informática e internet	—	(10.015)	(9.377)	—
Locação de máquinas e equipamentos	—	(19)	(1.507)	—
Multas fiscais e legais	(124)	(4.901)	(456)	—
Honorários advocatícios	(1.578)	(401)	(7.041)	(4.592)
Consultoria, assessoria e auditoria	(26.758)	(1.865)	(33.725)	(5.192)
Outros serviços profissionais	—	(3)	(1.361)	(3.914)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	—	(1.401)	(1.207)	—
Reversão (perda) com créditos de liquidação duvidosa	—	—	87	(220)
Outras	(97)	(2.325)	(5.377)	(11.129)
	<b>(30.402)</b>	<b>(6.001)</b>	<b>(160.756)</b>	<b>(135.466)</b>

Classificadas como:  
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos  
Despesas com vendas  
Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
(30.402)	(6.001)	(58.788)	(32.511)	—
<b>(30.402)</b>	<b>(6.001)</b>	<b>(160.756)</b>	<b>(135.466)</b>	<b>—</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	—	—	9.276	(79.748)
Baixa de créditos com fornecedores/Clientes	(57)	(2.259)	(1.648)	—
PIS/COFINS s/outras receitas operacionais e financeiras	(485)	(120)	(1.504)	(1.716)
Cartão "private label"	—	—	(54)	(51)
Ajustes de créditos detidos por credores da recuperação judicial	(108)	(84)	(1.090)	(219)
Parcelamento de tributos federais e estaduais	—	—	(6.233)	(1.010)
Deferimento pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado - e-CredAc	—	—	(5.012)	—
Outras despesas operacionais	—	(118)	(117)	—
	<b>(650)</b>	<b>(322)</b>	<b>(1.864)</b>	<b>(89.521)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Resultado na venda do ativo permanente	20	4.073	47	4.107
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	—	—	5.762	12.586
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	—	—	—	70.694
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	—	—	11.550	59.910
Acordo com fornecedores para dívidas do exercício anterior	—	—	5.334	—
Despesas recuperadas em processos judiciais	165	—	7.420	8.032
Avaliação patrimonial ativos não correntes mantidos para venda (a)	—	—	29.222	—
Constituição de créditos tributários restituintes	—	—	4.846	5.622
Deságio relacionado à parte da dívida de credores que exerceram a opção A - PRJ (b)	2.404	—	—	—
Termo de quitação Travessia Securizadora	—	—	83.226	—
empréstimo para capital de giro (c)	—	38	—	3.022
Outras receitas operacionais	—	—	—	—
	<b>2.588</b>	<b>4.111</b>	<b>279.829</b>	<b>163.973</b>

**25. LUCRO POR AÇÃO**  
O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
31/12/22	8.067	107.696	115.763	6.735	89.908	96.643	1.332	17.788	19.120
671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671
671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671
12,0235	12,01532	10,03725	10,03077	1,96510	1,98455	12,0235	12,01532	10,03725	10,03077
12,0235	12,01532	10,03725	10,03077	1,96510	1,98455				
	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
31/12/21	17.124	29.073	46.197	9.823	16.678	26.501	7.301	12.395	19.696
671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671
671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671
25,52012	25,50534	14,63949	14,63140	10,86042	10,87393	25,52012	25,50534	14,63949	14,63140
25,52012	25,50534	14,63949	14,63140	10,86042	10,87393				

Lucro atribuído aos acionistas da Controladora  
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação  
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação  
Lucro por ação - básico - R\$  
Lucro por ação - diluído - R\$

Lucro atribuído aos acionistas da Controladora  
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação  
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação  
Lucro por ação - básico - R\$  
Lucro por ação - diluído - R\$

**26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**  
a) Gestão do risco de capital  
Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Companhia e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.  
As estruturas de capital da Companhia e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 12), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e passivo a descoberto (nota explicativa nº 18).  
Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Empréstimos e arrendamentos, credores por recuperação judicial, credores pós concursais e créditos conversíveis em ações (-) Caixa, equivalentes de caixa e empréstimos a receber de mútuo	21.464	3.833	235.676	469.857
Dívida líquida	(58.627)	(58.040)	(1.904)	(8.022)
Passivo a descoberto	(37.163)	(54.207)	233.772	461.835
Total	(347.674)			



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DE91-DE4A-C2C7-C5AC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DE91-DE4A-C2C7-C5AC



### Hash do Documento

82A81BB8AEF6BF9AED5A10971AB807B4F177D37B66676350FA8C37B84480E1FD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/03/2023 00:56 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00







Saraiva e Siciliano S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

www.saraiva.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos de mútuo concedidos pela NK 178:

Saldo no início do exercício	27.515
Empréstimos obtidos	(18.542)
Pagamentos efetuados	349
Despesas financeiras	9.322
Saldo no fim do exercício	9.322

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi concedido empréstimo de mútuo no montante de R\$10 para a Saraiva Gestão de Marcas S.A., empresa de controle compartilhado entre o Varejo e a Saraiva Educação S.A., constituída em 2015 para administrar o uso dos direitos sobre as marcas da Companhia, nos termos do Contrato de Compra e Venda.

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Pró-labore do conselho de administração	3	28
Pró-labore da diretoria	862	728
Subtotal	865	756
Outras remunerações	232	198
	1.097	954

O Varejo não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA)

Participação na NK 178 e suas principais informações:

Quantidade de ações do capital social	100
Quantidade de ações possuídas	865
Participação no capital social	100,00%
Passivo a descoberto	(207)
Provisão para perda com investimento	(207)
Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pelo Varejo:	31/12/22

Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:

Resultado da NK 178	(207)
Equivalência patrimonial	(207)
Ajustes registrados nas contas de investimentos:	
Participação no resultado da NK 178	(207)
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	207
Saldo no fim do exercício	—

Principais informações das demonstrações contábeis da NK 178:

Ativo total	10.942
Passivo circulante	11.149
Passivo a descoberto	(207)
Resultado operacional	(23)
Resultado financeiro	(184)
Resultado antes dos impostos	(207)
Prejuízo líquido	(207)

11. IMOBILIZADO

Taxa anual de depreciação - %	31/12/22	31/12/21
Máquinas e equipamentos	10 366 (365)	1 371 (370)
Móveis, utensílios e instalações	10 23.748 (22.439)	1.309 24.267 (21.766)
Benefícios por ter. terceiros	* 45.023 (43.460)	1.563 54.257 (50.336)
Equipamentos de informática	20 20.062 (19.971)	111 20.448 (19.689)
Direito de uso em arrendamento	* 81.430 (40.211)	41.219 113.333 (40.052)
Imobilizado em andamento	—	6
	170.649 (126.446)	44.203 212.682 (132.213)

(\*) As beneficiárias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	31/12/21	Adições	Baixas	Transf. retransf. redução ao valor recuperável	31/12/22
Custo:					
Máquinas e equipamentos	371	—	—	—	(5)
Móveis, utensílios e instalações	24.267	92	—	—	(611)
Benefícios em imóveis de terceiros	54.257	404 (6.653)	145	—	(3.130)
Equipamentos de informática	20.448	10 (310)	—	—	(66)
Direito de uso em arrendamento	113.333	11.923 (30.237)	—	—	(13.589)
Imobilizado em andamento	6	139	—	(145)	—
Total do custo	212.682	12.568 (37.200)	—	—	(17.401)

Depreciação acumulada:

Máquinas e equipamentos	(370)	—	—	—	5
Móveis, utensílios e instalações	(21.766)	(662)	—	—	(11)
Benefícios em imóveis de terceiros	(50.336)	(1.612)	6.636	—	1.852
Equipamentos de informática	(19.689)	(589)	310	—	(3)
Direito de uso em arrendamento	(40.052)	(13.039)	11.128	—	1.752
Total da depreciação	(132.213)	(15.902)	18.074	—	3.595
Valor líquido	80.469	(3.334)	(19.126)	—	(13.806)

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração identificou perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo no montante de R\$13.806 e remuneração do passivo de arrendamento, correspondente a um ajuste no montante de R\$10.731 (Nota explicativa nº 12), resultando uma perda líquida no montante de R\$3.075 (R\$993 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidas da remuneração do passivo de arrendamento no montante de R\$14.363).

12. EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTOS

Empréstimos e arrendamentos

Em moeda nacional:	
Empréstimos para capital de giro	17.196
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	48.437
Arrendamento financeiro	4.745
	70.378
Passivo circulante	261.679
Passivo não circulante	31.650
	38.728
	70.378

Empréstimos e arrendamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias contratadas	Valor	Encargos
Bank Of America	Capital de giro	CBC	Mar/2019	Mai/2022	Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Sel/2023	arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
Services S/A	manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	arrendado	R\$ 6.451	+ 0,34% a.m.
Finance S/A	manutenção	Leasing	Dez/2014	Mai/2024	arrendado	R\$ 12.223	—

Os empréstimos no montante de R\$162.574 (R\$156.204 em 31 de dezembro de 2021), incluídos na rubrica Empréstimos para capital de giro, foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia.

Em 18 de julho de 2022, conforme Termo de Quitação, na forma do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como das propostas para aquisição das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, homologadas em decisão do Juízo da recuperação Judicial proferida em 11 de julho de 2022, a Travessia outorgou plena quitação do crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, relacionado ao empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Direitos Creditórios e R\$29.348, utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Loja Shopping Ibirapuera, renunciando aos créditos remanescentes no montante de R\$83.226, registrado em Outras receitas operacionais (Nota explicativa nº 22).

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Descrição	31/12/21	Adições (Baixas)	Encargos	AVP	Pagamentos principal de j e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	31/12/22
Empréstimos - capital de giro	171.046	(162.574)	10.000	—	(1.276)	—	17.196
Arrendamento financeiro	7.291	—	395	(1.062)	(1.879)	—	4.745
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	83.542	(7.186)	3.640	—	(20.828)	(10.731)	48.437
	261.679	(169.760)	14.035	(1.062)	(23.983)	(10.731)	70.378

Em 15 de agosto de 2022, nos termos do Instrumento Particular de Cessão de Direitos Sem Cobrança, foram cedidos os direitos creditórios do Banco Itaú contra o Varejo, no montante de R\$16.640, para o Bank Of America.

Arrendamentos Mercantis - CPC 06 (R2)

Os contratos de arrendamento mercantil do Varejo são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$13.039 (Nota explicativa nº 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental equivalente a 8,53% a.a. A taxa incremental é revista para os contratos novos, observando operações similares no mercado e a atual condição do Varejo para a captação de recursos financeiros. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$3.640.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

Até 1 ano	13.308
De 1 ano a 5 anos	33.419
Mais que 5 anos	14.755
Total	61.482

Direito Potencial de PIS e de COFINS

O Varejo possui o direito potencial de PIS e de COFINS a recuperar, embuído na contraprestação dos arrendamentos dos imóveis arrendados. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e de COFINS para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 são apresentados a seguir:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação arrendamento	61.482	(48.377)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(5.206)	4.101
	56.276	(44.336)

Efeitos inflacionários

O Varejo adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação, denominados fluxo real; e a estimativa dos saldos inflacionados, denominados fluxo inflacionado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

Ativos de direito de uso	31/12/22	Fluxo real	31/12/22
Direito de uso	81.429	Passivo de arrendamento	(36.005)
Depreciação	(40.210)	Despesas financeiras (a incorrer)	(12.432)
	41.219		(48.437)
	Consolidado	Consolidado	

Fluxo inflacionado	31/12/22	Fluxo inflacionado	31/12/22
Direito de uso	85.297	Passivo de arrendamento	(37.715)
Depreciação	(42.120)	Despesas financeiras (a incorrer)	(13.023)
	43.177		(50.738)

Movimentação dos saldos para o Direito de Uso e para o Passivo de Arrendamento:

Direito de uso em arrendamento	31/12/21	31/12/22
Saldo inicial - 31/12/21	73.281	
Adições/baixas	(7.186)	
Amortização	(13.039)	
Remensuração do ativo de arrendamento	(11.837)	
Saldo em 31/12/22	41.219	

Passivo de arrendamento	31/12/21	31/12/22
Saldo inicial - 31/12/21	83.542	
Juros incorridos	3.640	
Pagamentos realizados	(20.828)	
Adições/baixas	(7.186)	
Remensuração do passivo de arrendamento	(10.731)	
Saldo em 31/12/22	48.437	

Destacamos ainda, que as informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

13. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alcançada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2022, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica, é de R\$430 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2021).

14. FORNECEDORES

Fornecedor - nacional

Fornecedor - exterior	50.554	67.906
	229	229
	50.783	68.135

Composição dos saldos por vencimento:

A vencer	17.437	16.238
Vencidos:		
Até 60 dias	870	1.736
De 61 a 90 dias	228	987
De 91 a 180 dias	473	3.908
Acima de 180 dias	31.775	45.268
	50.783	68.135

Os acordos com fornecedores do Varejo, que resultaram em Termos de Confissão de Dívidas para o pagamento dos direitos creditórios por meio da sua conversão em ações do capital social da Companhia, no montante de R\$5.656, foram transferidos para a rubrica Créditos Conversíveis em Ações (Nota explicativa nº 30).

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COLHER

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	355	307
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	40	52
Programa de Integração Social - PIS	1	—
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2	—
Imposto sobre Serviços - ISS	3	18
Parcelamento débitos previdenciários (a)	2.299	445
Parcelamentos débitos federais - Outros (a)	2.082	—
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	6.131	819
Outros	1	104
	10.966	1.858
Passivo circulante	2.167	1.109
Passivo não circulante	8.799	749
	10.966	1.858

(a) Parcelamentos ordinários instruídos na Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN para o pagamento de débitos previdenciários e outros débitos federais e nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal, Goiás, Sergipe e Rio Grande do Norte, relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.156 (R\$492 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Férias

13º salário	1.512	1.410
Salários a pagar	635	12.581
FGTS a recolher	317	1.501
INSS a recolher	825	3.666
	3.289	20.320

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Varejo discute administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração do Varejo, por meio do trabalho de revisão periódica sobre o andamento dos processos judiciais e administrativos, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos do Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$1.129, líquidas de provisões constituídas no montante de R\$21.709 (R\$59.877 em 31 de dezembro de 2021). Entre as principais alterações, destaca-se a reversão do montante de R\$28.535, estimados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em virtude da mudança de prognóstico de perda de provável para possível, para as ações judiciais, que discutem com o Banco do Brasil e Receita Federal do Brasil - RFB, a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos RFB para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB.

Composição das provisões e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Contingências tributárias (a)	103.036	(32.065)	70.971
Contingências trabalhistas	6.792	(940)	5.852
Contingências cíveis	15.344	21.709	37.053
	125.172	(11.296)	113.876

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2022, inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos do Varejo, sendo as mais relevantes:

i) Provisão no montante de R\$67.449, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS e COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;

ii) Autos de infração e imposição de multa referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$3.522.

Depósitos Judiciais

Outros processos judiciais e administrativos (a)	13.544	318	13.862
Processos judiciais trabalhistas	2.789	(116)	2.673
	16.333	202	16.535

(a) Inclui o montante de R\$9.364 relativos ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), II (Imposto de Importação) e às contribuições sociais PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições sociais PIS e COFINS nos processos de importação do leitor digital - LEV.

Passivos Contingentes

A Administração do Varejo discute administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível, não provisionados, por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$323.844 (R\$150.368 em 31 de dezembro de 2021).

Os passivos tributários do Varejo estão relacionados, substancialmente, às discussões no âmbito administrativo com a RFB que tratam da impugnação de decisões que negaram pedidos de restituição e declarações de compensação de créditos tributários de PIS e COFINS para o pagamento de tributos federais instruídos pelo Varejo, assim como multas isoladas impostas, no montante de R\$273.957 (R\$244.098 em 31 de dezembro de 2021), para os quais há algumas decisões favoráveis no CARF e nos tribunais superiores. Julgamento RE nº 1.063.187/SC pelo STF.

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o imposto de renda - IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CPLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e do CPLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 e abrange os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajustados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetu



Saraiva e Siciliano S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.365.284/0001-04

www.saraiva.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Linhas de crédito

	31/12/22	31/12/21
Empréstimos:		
Utilizado	17.197	171.046
i) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros		
	31/12/22	
Valor justo por meio do resultado	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	424	424
Contas a receber de clientes	3.874	3.874
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Empréstimos e arrendamentos	70.378	70.378
Fornecedores	50.783	50.783
Créditos conversíveis em ações	5.656	5.656
Credores por recuperação judicial	121.309	121.309
Credores pós concursais	16.868	16.868
Partes relacionadas - contrato de mútuo	56.885	56.885
Arrendamento mercantil - locação de lojas	11.785	11.785

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas - Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

O Varejo divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 - premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	424	-	-	424

**27. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

A Administração do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Coberturas dos seguros contratados:

	31/12/22	31/12/21
Lucros cessantes	125.100	34.989
Incêndio - importância máxima	28.469	28.469
Responsabilidade civil geral - importância máxima	500	2.000
Execução fiscal	135.593	137.242
Froubo e furto	2.080	1.105
Riscos gerais	19.480	19.480

**28. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho

de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI's Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI's, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenorizava os meios de recuperação, era viável sob o ponto de vista econômico e estava baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado judicialmente em 19 de abril de 2022.

Como medidas para a liquidação do passivo estão previstas:

- A reestruturação do passivo;
- A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e
- A alienação de UPI's: "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos Creditórios" em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

Alienação das UPI's

O processo competitivo para a alienação das UPI's foi concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta da Travessia, que em 7 de março de 2022 já havia apresentado Proposta Vinculante, garantindo, assim, a conclusão do processo competitivo e fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

As alienações foram realizadas pelo valor de R\$83.668, sendo R\$29.348 pela UPI Loja Shopping Ibirapuera e R\$54.320 pela UPI Direitos Creditórios. O montante de R\$79.348, foi pago mediante a utilização de créditos de titularidade da Travessia não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial - Créditos Não Sujeitos, relacionados aos empréstimos para capital de giro cedidos pelo Banco do Brasil; e, o montante de R\$4.320, relacionado a parte do valor da UPI Direitos Creditórios, foi pago à vista, por meio de depósito judicial, cujo levantamento realizado no exercício, foi no montante de R\$4.176, que será destinado, exclusivamente, ao pagamento dos credores trabalhistas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Aditamento ao PRJ até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. O pagamento de valores superiores a R\$160, serão realizados de acordo com as regras estabelecidas para os demais credores quirografários que exerceram a opção pelo recebimento de seus créditos de forma parcelada (Opção B do PRJ). Haverá aceleração dos pagamentos, nos termos do PRJ, mediante utilização do resgate do depósito judicial originado da alienação da UPI Direitos Creditórios. Os pagamentos aos credores trabalhistas, foram iniciados a partir de julho de 2022.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 para cada um dos credores, iniciados a partir de julho de 2022; e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B - Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2026 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a..

Em 26 de julho de 2022, expirou o prazo para o exercício das opções. Exerceram a opção A credores cujo montante de créditos corresponde a R\$165.523, dos quais R\$32.505 foram convertidos em ações do capital social da Companhia, de acordo com o aumento de capital homologado em AGE de 28/9/2022 (Nota explicativa nº 18) e R\$130.018 baixados como deságio, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ. Os impactos no resultado do exercício resultantes da homologação do Segundo Aditamento ao PRJ são:

	31/12/21	AVP	Pagamentos	em ações	em ações	31/12/22
Dívida	471.517	-	(4.180)	(130.018)	(32.505)	5.268
Ajuste a valor presente	(267.372)	76.673	-	-	-	1.926
	204.145	76.673	(4.180)	(130.018)	(32.505)	5.268
	-	(4.099)	-	-	-	(4.099)
	-	34.765	(4.099)	(5.808)	(2.334)	(6.656)

**30. CRÉDITOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES**

Representados por dívidas de credores do Varejo, no montante de R\$5.656, transferidos da rubrica Credores Pós concursais, que optaram pela liquidação de seus direitos creditórios por meio da sua conversão em ações do capital social da Companhia, que deverá ocorrer em AGE nos termos da proposta da Administração arquivada na CVM em 26/01/2023.

**31. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 08 de fevereiro de 2023 decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstruir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária.

A Administração baseada na análise de seus assessores jurídicos acerca dos processos judiciais tributários, em que a Saraiva e o Varejo são ou foram partes, não identificou nenhum processo com trânsito em julgado que possa ser impactado pela citada decisão com efeitos sobre as suas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**Assembleia Geral Extraordinária - AGE**

Por decisão judicial proferida nos autos do processo da recuperação judicial da Saraiva, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 1 de fevereiro de 2023, foi suspensa a AGE convocada em 10 de janeiro de 2023, para deliberações apresentadas na Proposta da Administração de 26 de janeiro de 2023, entre elas, deliberar sobre o aumento de capital para a conversão de créditos detidos por credores pós-concursais no montante de R\$24.535.

**Encerramento de atividades operacionais de lojas da rede**

No primeiro trimestre de 2023, alinhando ao planejamento da Administração voltado à reestruturação da rede de lojas, que prioriza as unidades de maior rentabilidade e encerra as atividades daquelas com baixa perspectiva de geração de valor, foram encerradas em 28 de fevereiro e 20 de março de 2023, respectivamente, as operações das lojas Shopping Aracaju, na cidade de Aracaju (SE), e Shopping Manaira, na cidade de João Pessoa (PB).

Diretoria		Contador	
Jorge Saraiva Neto - Diretor Presidente	Oscar Pessoa Filho - Diretor Financeiro	Davi Hernandes Garcia - CRC 1SP 146.453/O-4	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

existência de incertezas relevantes que levantam dúvidas significativas quanto: (i) à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia; e (ii) às bases de preparação das demonstrações contábeis adotadas pela Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, todos os ativos e passivos da Companhia estão classificados e avaliados contabilmente no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios.

A base de preparação das demonstrações contábeis, a realização dos ativos, bem como o registro adicional e/ou a suficiência das provisões contábeis registradas e o pagamento dos passivos em geral dependem do êxito das ações tomadas pela Administração para captação de recursos financeiros de curto prazo para capital de giro, que são essenciais para assegurar a continuidade operacional da Companhia.

Portanto, considerando esse cenário de incertezas, não nos foi possível concluir se o pressuposto de continuidade e a base para a elaboração dessas demonstrações contábeis são apropriadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**3. OUTROS ASSUNTOS**

**(i) Valor do exercício anterior em 31 de dezembro de 2021**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós auditadas, que sobre as quais expressamos uma abstenção de opinião, conforme relatório de auditoria datado em 28 de março de 2022, motivados (i) por fato semelhante ao descrito no parágrafo acima, sendo que naquela data o passivo a descoberto e o capital circulante líquido negativo foi de R\$527.049 mil e R\$91.496 mil, respectivamente; e (ii) que o 2º Aditamento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) não havia ainda sido homologado pelo Juízo nessa data. Essa homologação pelo Juízo ocorreu posteriormente em 18 de abril de 2022.

**4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório

financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 20 de março de 2023

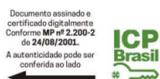
**RSM**

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples

Luiz Claudio Fontes

CRC 2-SP-030.002/O-7

Contador - CRC 1RJ-032.470/G-9



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Aceso também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8385-F953-FE5D-4EA3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8385-F953-FE5D-4EA3



### Hash do Documento

8D520CD7F715F7254039753C5199152989A270450647E62ACB3CA42F10238D97

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/03/2023 00:57 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



# Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 110.445 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.952.844 mil

e Ativos Totais de R\$ 4.059.818 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria		
Ativo	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b> .....		<b>1.043.047</b>	<b>1.572.827</b>		<b>106.974</b>	<b>707.495</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	948.530	875.264		9.617	7.629
Outros Créditos.....	6	94.517	697.563	10c	1.049	372
<b>Não Circulante</b> .....		<b>3.016.771</b>	<b>3.116.495</b>	9	96.308	699.494
<b>Realizável a Longo Prazo</b> .....		<b>16.387</b>	<b>17.528</b>		<b>3.952.844</b>	<b>3.981.827</b>
Créditos Tributários.....		22	22	10a	4.004.001	4.004.001
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	15b	16.365	17.506	10b	148.224	38.828
<b>Investimentos</b> .....	7	<b>1.981.557</b>	<b>1.970.482</b>		(199.381)	(61.002)
<b>Intangível</b> .....	8	<b>1.018.827</b>	<b>1.128.485</b>			
<b>Total</b> .....		<b>4.059.818</b>	<b>4.689.322</b>		<b>4.059.818</b>	<b>4.689.322</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	Nota	Em 31 de dezembro	
		2022	2021
<b>Receitas/Despesas Operacionais</b> .....		<b>141.464</b>	<b>115.346</b>
Resultado Financeiro.....	11	109.349	37.739
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	7	149.454	231.036
Despesas Tributárias.....	13	(5.395)	(2.097)
Despesas Gerais e Administrativas.....	12	(2.286)	(23.398)
Despesa Amortização de Intangível.....	8	(109.658)	(127.934)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e dos Tributos</b> .....		<b>141.464</b>	<b>115.346</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b> .....		<b>141.464</b>	<b>115.346</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	15	<b>(31.019)</b>	<b>(7.977)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....		<b>110.445</b>	<b>107.369</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	Nota	Em 31 de dezembro	
		2022	2021
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....		<b>141.464</b>	<b>115.346</b>
<b>Ajustes ao Lucro antes dos Impostos:</b> .....		<b>(41.423)</b>	<b>(84.072)</b>
Depreciações/Amortizações.....		109.658	127.934
Resultado de Equivalência Patrimonial.....		(149.454)	(231.036)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....		(1.627)	19.030
<b>Lucro Ajustado antes dos Impostos</b> .....		<b>100.041</b>	<b>31.274</b>
(Aumento) em Ativos.....		(14.843)	(4.788)
Aumento (Redução) em Obrigações.....		165	(731)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		(11.725)	(2.924)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b> .....		<b>73.638</b>	<b>22.831</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Aquisição de Investimento/Ajuste de Preço.....		-	(9.201)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b> .....		<b>-</b>	<b>(9.201)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....		(372)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b> .....		<b>(372)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....		<b>73.266</b>	<b>13.630</b>
Início do Exercício.....		875.264	861.634
Fim do Exercício.....		948.530	875.264
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....		<b>73.266</b>	<b>13.630</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil			
<b>1) CONTEXTO OPERACIONAL</b>			
A Lecce Holdings S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.			
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2023.			
<b>2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>			
As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.			
<b>2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras</b>			
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.			
A Sociedade adota a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.			
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.			
<b>2.2) Moeda funcional e de apresentação</b>			
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.			
As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local na data do fechamento.			
<b>2.3) Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e fundos de investimento, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.			
<b>2.4) Ativos financeiros</b>			
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).			
• <b>Mensurados ao custo amortizado</b>			
São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.			
• <b>Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)</b>			
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.			
São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI ( <i>Solely Payment of Principal and Interest</i> ). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.			
Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.			
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.			
• <b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>			
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.			
<b>2.5) Determinação do valor justo</b>			
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.			
Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ( <i>inputs</i> ) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.			
- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.			
- Nível 2: <i>inputs</i> , exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).			
- Nível 3: <i>inputs</i> , para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ( <i>inputs</i> não observáveis).			
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.			
<b>2.6) Investimento em controladas</b>			
São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.			
Os investimentos em Empresas controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.			
O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.			
<b>2.7) Ágio (Goodwill)</b>			
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e <i>joint ventures</i> . O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2023.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adota a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local na data do fechamento.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e fundos de investimento, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

#### 2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

##### • Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### • Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

##### • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

#### 2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

#### 2.6) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em Empresas controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

#### 2.7) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

## 7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

								Em 31 de dezembro	
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
						2022	2021	2022	2021
Bradesco BAC Florida Bank(1).....	362.838	1.418.435	149.454	19.850.782	100,00%	1.418.435	1.407.360	149.454	231.036
Ágio - Bradesco BAC Florida Bank(2) (3).....	-	-	-	-	-	563.122	563.122	-	-
<b>Total</b> .....						<b>1.981.557</b>	<b>1.970.482</b>	<b>149.954</b>	<b>231.036</b>

(1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Empresa; e

(3) A alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Bradesco BAC Florida Bank foi definida com base no método de compra do CPC 15, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ativos intangíveis de vida útil definida, não reconhecidos na demonstração financeira individual do Bradesco BAC Florida Bank, e o *goodwill*.

## 8) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças.

	Em 31 de dezembro							
	Vida útil - meses (1)		Período amortizado		Amortização		Valor líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Carteira de crédito.....	204	(26)	209.689	(12.334)	(14.390)	182.965	195.299	
Carteira de empréstimos.....	361	(26)	253.154	(8.416)	(9.817)	234.921	243.337	
Depósitos.....	215	(26)	484.144	(27.022)	(31.526)	425.596	452.618	
Licenças.....	60	(26)	309.432	(61.886)	(72.201)	175.345	237.231	
<b>Total</b> .....			<b>1.256.419</b>	<b>(109.658)</b>	<b>(127.934)</b>	<b>1.018.827</b>	<b>1.128.485</b>	

(1) O método para amortização dos intangíveis é o linear.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>4.004.001</b>	-	-	-	<b>(68.168)</b>	<b>3.794.953</b>
Ajustes Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	79.878	-	79.878
Resultado Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	39.201	39.201
Absorção de Prejuízos Anteriores.....	-	-	-	-	68.168	68.168
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b> .....						<b>187.247</b>
Destinações: - Reservas.....	-	1.960	36.868	-	(38.828)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(372)	(372)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>4.004.001</b>	<b>1.960</b>	<b>36.868</b>	<b>(61.002)</b>		

...continuação

## Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

#### 10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias	114.388.623	114.388.623
<b>Total</b>	<b>114.388.623</b>	<b>114.388.623</b>

##### b) Reservas de lucro

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Reservas de lucros	148.224	38.828
- Reserva legal (1)	7.482	1.960
- Reserva estatutária (2)	140.742	36.868

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

##### c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2022	% (1)	2021	% (1)
Lucro líquido do exercício	110.445		107.369	
Absorção de prejuízos acumulados	-		(68.168)	
<b>Lucro líquido base</b>	<b>110.445</b>		<b>39.201</b>	
Reserva legal	5.522		1.960	
<b>Base de cálculo</b>	<b>104.923</b>		<b>37.241</b>	
<b>Dividendos propostos</b>	<b>1.049</b>	<b>1,0</b>	<b>372</b>	<b>1,0</b>

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

#### 11) RESULTADO FINANCEIRO

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	107.678	37.363
Varição monetária líquida	1.671	376
<b>Total</b>	<b>109.349</b>	<b>37.739</b>

#### 12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços de terceiros (1)	2.225	23.312
Editais e publicações	61	86
<b>Total</b>	<b>2.286</b>	<b>23.398</b>

(1) Refere-se, aos pagamentos de serviços prestados referentes a honorários advocatícios e auditoria externa.

#### 13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Cofins	4.515	1.512
PIS	734	246
IOF	4	11
Outras	142	328
<b>Total</b>	<b>5.395</b>	<b>2.097</b>

#### 14) PARTES RELACIONADAS

##### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladores (1)		Outras partes relacionadas (2)		Em 31 de dezembro	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	500	300	2.012	2.152	2.512	2.452
<b>Passivos</b>						
Dividendos a pagar	1.049	372	-	-	1.049	372

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Banco Bradesco S.A. Nova York.

##### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

#### 15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)</b>	<b>141.464</b>	<b>115.346</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(48.098)	(39.218)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas, tributadas na sociedade correspondente	50.814	78.552
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(44.344)	(33.053)
Outros valores	10.609	(14.258)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício devidos</b>	<b>(31.019)</b>	<b>(7.977)</b>

##### b) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 16.365 (2021 - R\$ 17.506), referem-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e o imposto de renda pago no exterior a recuperar.

#### 16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

#### 17) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

#### A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães  
Contador - CRC 1SP218369/O-0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista e Administradores da

**Lecce Holdings S.A.**

Osasco - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz  
Contador CRC 1SP294326/O-3



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8B8B-2BAB-C3D5-1760> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8B8B-2BAB-C3D5-1760



### Hash do Documento

B8065CB10481DBC953016BB05803685BE47B7304FA8A5FE71077AB83A7EAE4BD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/03/2023 00:58 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00





**Banco Digio S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

O Digio é um banco digital múltiplo, focado em pessoas físicas. O portfólio de produtos do Banco contempla: cartão de crédito, crédito pessoal desenvolvido para ser distribuído em canal próprio e terceiros, crédito consignado INSS, antecipação do saque aniversário FGTS e conta de pagamento 100% digital. Além dos produtos financeiros, é possível contratar na App: recarga de celular, seguros, plano odontológico, *cashback*, *e-gift*, descontos, etc.

O objetivo de curto prazo é aumentar o engajamento e rentabilizar a base de clientes através do *cross-sell* dos nossos produtos e dos produtos do Bradesco por meio de APIs de não correntistas, entregando a experiência de um banco digital completo. Trabalhamos para ser uma das melhores plataformas de produtos e serviços financeiros da América Latina, proporcionando uma experiência simples, ágil e segura.

O Digio encerrou 2022 com 5,1 milhões de contas totais, registrando um crescimento de 45% em relação ao mesmo período de 2021. Realizamos lançamentos importantes para a estratégia do Banco, como a primeira campanha 360º de *marketing*, o piloto da linha *signature* dos cartões de crédito Digio e a linha de crédito pessoal para parceiros Uber, habilitando um *cross selling* de produtos, além da consolidação do produto de antecipação do saque aniversário.

As operações de crédito têm crescido dois dígitos anualmente e reflete a administração de portfólio do Banco Digio e o aumento da base de clientes que operam os serviços oferecidos pela instituição de forma cada vez mais ampliada, avançando as receitas operacionais. No ambiente interno, a gestão atua de forma ativa para garantir escalabilidade com sustentabilidade dos negócios do banco, incluindo ações de eficiência operacional e sinergia de contratos por ação própria ou junto ao controlador. A partir de fevereiro/2022 o Banco Digio aderiu a metodologia do controlador para cálculo de provisão de devedores duvidosos. O principal impacto da metodologia é o arrasto de operações e províes adicionais. No exercício de 2022, o Banco Digio registrou prejuízo líquido de R\$ 342,9 milhões, patrimônio líquido de R\$ 153,0 milhões e ativos totais de R\$ 5,0 bilhões.

Ao encerrarmos o exercício, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionista pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 27 de março de 2023.

**Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO** - Em Reais mil

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			Passivo	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO		
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Disponibilidades</b> .....	4	<b>9.055</b>	<b>13.282</b>	<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b> .....		<b>4.660.372</b>	<b>3.190.435</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b> .....		<b>4.771.072</b>	<b>3.626.573</b>	Depósitos.....	10.a	2.629.222	1.465.640
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5.a	207.805	1.817	Obrigações por Operações Compromissadas.....	10.b	235.930	-
Títulos e Valores Mobiliários.....	5.b	960.827	764.537	Relações Interfinanceiras.....	5.c	1.786.450	1.721.857
Relações Interfinanceiras.....	5.c	669.008	536.686	Relações Interdependências.....	10.c	8.770	2.938
Operações de Crédito.....	6.a	1.356.515	740.150	<b>Passivos Fiscais</b> .....		<b>14.433</b>	<b>9.495</b>
Outros Créditos.....	6.a	1.576.917	1.583.383	Passivos Tributários Correntes.....	22.f.2	11.840	8.597
<b>(-) Perdas Esperadas - Risco de Crédito</b> .....	6.f	<b>(631.644)</b>	<b>(256.697)</b>	Obrigações Fiscais Diferidas.....	22.e	2.593	898
Operações de Crédito.....		(575.194)	(241.697)	<b>Provisões Passivos Contingentes</b> .....	12.c	<b>8.858</b>	<b>10.233</b>
Outros Créditos.....		(56.450)	(15.000)	<b>Outros Passivos</b> .....	11	<b>136.647</b>	<b>148.453</b>
<b>Ativos Fiscais</b> .....		<b>661.162</b>	<b>374.563</b>	<b>Patrimônio Líquido</b> .....		<b>152.961</b>	<b>495.174</b>
Ativos Tributários Correntes.....	22.f.1	38.599	30.248	Capital Social.....	13.a	441.336	441.336
Créditos Tributários.....	22.c	622.563	344.315	Reservas de Capital.....	13.b	295.764	295.764
<b>Outros Ativos</b> .....	7	<b>75.430</b>	<b>46.649</b>	Outros Resultados Abrangentes.....		101	(626)
<b>Imobilizado de Uso</b> .....	8	<b>3.546</b>	<b>2.043</b>	Prejuízos Acumulados.....	13.c	(584.240)	(241.300)
<b>Intangível</b> .....	9	<b>196.741</b>	<b>129.190</b>	<b>Total do Passivo</b> .....		<b>4.973.271</b>	<b>3.853.790</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b> .....	8 e 9	<b>(112.091)</b>	<b>(81.813)</b>				
<b>Total do Ativo</b> .....		<b>4.973.271</b>	<b>3.853.790</b>				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS** - Em Reais mil

Nota	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2022	31 de dezembro 2022	2021
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b> .....	<b>481.606</b>	<b>879.830</b>	<b>732.862</b>
Operações de Crédito.....	6.h	409.677	704.134
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	5.a.1, e 5.b.2	71.929	28.728
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b> .....	<b>(106.509)</b>	<b>(161.248)</b>	<b>(222.866)</b>
Operações de Captação no Mercado.....	10.d	(106.512)	(161.030)
Operações de Empréstimos e Repasses.....		-	(25)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....	6.g	-	(184.865)
Resultado com Variação Cambial.....		3	(304)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b> .....	<b>375.097</b>	<b>718.582</b>	<b>509.996</b>
<b>Resultado de Provisão para Perdas</b> .....	6.f	<b>(325.332)</b>	<b>(692.471)</b>
(Provisão)/Reversão de Perdas Associadas a Carteira de Crédito.....		(339.335)	(651.020)
Outras (Provisões)/Reversões Associadas ao Risco de Crédito.....		14.003	(41.451)
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b> .....	<b>(388.871)</b>	<b>(643.900)</b>	<b>(417.693)</b>
Receitas de Prestação de Serviços.....	14	86.020	166.451
Rendas de Tarifas Bancárias.....	14	8.991	20.131
Despesas de Pessoal.....	15	(69.176)	(127.905)
Outras Despesas Administrativas.....	16	(292.241)	(495.000)
Despesas Tributárias.....	17	(25.875)	(51.065)
(Provisão)/Reversão de Provisão para Passivos Contingentes.....		(955)	1.375
Outras Receitas Operacionais.....	18	10.402	24.734
Outras Despesas Operacionais.....	19	(106.037)	(182.621)
<b>Resultado Operacional</b> .....	<b>(339.106)</b>	<b>(617.789)</b>	<b>(51.742)</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b> .....	<b>39</b>	<b>75</b>	<b>1.219</b>
Outras Receitas.....		39	1.219
<b>Resultado antes da Tributação</b> .....	<b>(339.067)</b>	<b>(617.714)</b>	<b>(50.523)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	22.a e 22.b	<b>150.156</b>	<b>274.774</b>
Correntes.....		3.496	(2.438)
Diferidos.....		146.660	277.212
<b>Prejuízo Líquido do Semestre/Exercícios</b> .....	<b>(188.911)</b>	<b>(342.940)</b>	<b>(28.362)</b>
<b>Número de Ações</b> .....	<b>493.143.409</b>	<b>493.143.409</b>	<b>493.143.409</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações</b> .....	<b>(0,38)</b>	<b>(0,695)</b>	<b>(0,058)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO** - Em Reais mil

2º Semestre 2022	Exercícios findos em	
	2022	31 de dezembro 2021
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
(Prejuízo) do Semestre/Exercícios.....	(188.911)	(342.940)
Ajuste a Valor de Mercado Disponível para Venda.....	400	727
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	325.332	692.471
Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	955	(1.375)
Créditos Tributários.....	(146.660)	(277.212)
Depreciações e Amortizações.....	15.881	26.622
Efeito da Variação Cambial sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(74)	(27)
<b>Resultado Líquido Ajustado</b> .....	<b>6.923</b>	<b>98.266</b>
<b>(Aumento)/Redução nos Ativos e Passivos Operacionais</b>		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(205.890)	(205.988)
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários.....	(67.255)	(196.290)
Aumento em Relações Interfinanceiras.....	(317.595)	(132.322)
Aumento em Operações de Crédito.....	(644.876)	(927.423)
Aumento em Ativos Fiscais.....	(6.614)	(8.351)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(45.015)	(28.781)
Aumento em Depósitos.....	1.200.408	1.163.582
Aumento em Operações Compromissadas.....	22.950	235.930
Aumento em Relações Interfinanceiras.....	58.114	64.593
Aumento em Relações Interdependência.....	5.897	5.832
Aumento em Passivos Tributários Correntes.....	4.355	10.396
Aumento/(Redução) em Passivos Fiscais.....	863	659
Aumento/(Redução) em Outros Passivos.....	15.634	(11.806)
Impostos Pagos.....	(3.050)	(7.153)
<b>Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades Operacionais</b> .....	<b>24.149</b>	<b>61.144</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:</b>		
(Adição) no Intangível.....	(35.710)	(63.887)
(Adição) de Imobilizado.....	(919)	(1.519)
Alienação de Imobilizado em Uso.....	8	8
<b>Caixa Líquido (Utilizado) pelas Atividades de Investimento</b> .....	<b>(36.621)</b>	<b>(65.398)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Aumento de Capital.....	-	-
<b>Caixa Líquido (Utilizado) pelas Atividades de Financiamento</b> .....	<b>-</b>	<b>150.000</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(12.472)</b>	<b>(4.254)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Saldo Inicial.....	21.453	13.282
Efeito da Variação Cambial sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	74	27
Saldo Final.....	9.055	9.055
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(12.472)</b>	<b>(4.254)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - Em Reais mil

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Digio S.A. ("Banco Digio" ou "Banco"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A partir de 2021 o Banco Digio é integralmente um banco digital, somos uma *bantech*, afinal, contamos com a solidez de um banco e agilidade de uma *fintech*. Além do cartão de crédito sem anuidade, com gestão completa pelo DigioApp, com loja própria, a DigioLoja, que oferecem vantagens exclusivas como parcelamento da fatura, recarga de celular, tag de estacionamento, pedágio e um clube de pontos nível, o DigioClub. Novas *features* serão lançadas, trazendo mais vantagens para nossos clientes; o Banco Digio está investindo na eficiência de processos, qualidade na concessão de crédito e eficiência de cobrança, e por consequência, na satisfação dos seus clientes.

Para financiar a execução do seu plano de negócios, o Banco Digio privilegiou uma estrutura robusta de capital amparada no financiamento pelo banco controlador.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, quando aplicável.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2023.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

**a) Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. Nas demonstrações financeiras, a moeda de apresentação também é o real.

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco Digio para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 5a.

**e) Títulos e valores mobiliários - classificação**

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES** - Em Reais mil

2º Semestre 2022	Exercícios findos em	
	2022	31 de dezembro 2021
<b>Resultado do Semestre/Exercícios</b> .....	<b>(188.911)</b>	<b>(28.362)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para o Resultado:</b>		
<b>Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b> .....	<b>400</b>	<b>727</b>
Ajuste ao Valor Justo contra o Patrimônio Líquido.....	762	1.386
Efeito Fiscal.....	(362)	(659)
<b>Resultado Abrangente dos Semestres/Exercícios</b> .....	<b>(188.511)</b>	<b>(342.215)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - Em Reais mil

Eventos	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....		<b>291.336</b>	<b>295.764</b>	<b>(1.700)</b>	<b>(212.938)</b>	<b>372.462</b>
Prejuízo do Exercício.....	13.c	(86.400)	-	-	(28.362)	(28.362)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-	1.074	-	1.074
Aumento de Capital (Deliberado em AGE de 10/03/2021).....		150.000	-	-	-	150.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> .....		<b>441.336</b>	<b>295.764</b>	<b>(626)</b>	<b>(241.300)</b>	<b>495.174</b>
Prejuízo do Exercício.....	13.c	-	-	-	(342.940)	(342.940)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-	727	-	727
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> .....		<b>441.336</b>	<b>295.764</b>	<b>101</b>	<b>(584.240)</b>	<b>152.961</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b> .....		<b>441.336</b>	<b>295.764</b>	<b>(299)</b>	<b>(395.329)</b>	<b>341.472</b>
Prejuízo do Semestre.....		-	-	-	(188.911)	(188.911)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-	400	-	400
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> .....		<b>441.336</b>	<b>295.764</b>	<b>101</b>	<b>(584.240)</b>	<b>152.961</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseada-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 5b.

**f) Operação de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nível, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodic

...continuação



**Banco Digio S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7ª Andar - Alphaville - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil**

**m) Depósitos, captações no mercado aberto**

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**n) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata die*) e provisões para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

**o) Resultado recorrente e não recorrente**

Para classificação de resultado entre recorrente e não recorrente, o Banco Digio considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades do Banco.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios futuros.

**p) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

**4) DISPONIBILIDADES**

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Disponibilidade em moeda nacional	8.168	12.476
Disponibilidade em moeda estrangeira (1)	887	806
<b>Total</b>	<b>9.055</b>	<b>13.282</b>

(1) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Substancialmente o saldo da disponibilidade refere-se a partes relacionadas (Nota 20).

**5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco Digio S.A. possuía carteira correspondente a aplicações interfinanceiras de liquidez, indexadas ao CDI, conforme abaixo:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	207.805	1.817
<b>Total</b>	<b>207.805</b>	<b>1.817</b>

**5.a.1) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez**

As receitas classificadas na demonstração do resultado, na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Rendidas de aplicações interfinanceiras de liquidez	12.520	404
<b>Total</b>	<b>12.520</b>	<b>404</b>

**6) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PERDAS ESPERADAS**

**a) Modalidades e prazos**

Operações de crédito	Curso normal						Total em 31 de dezembro			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2022		2021	
	(A)	%	(A)	%	(A)	%				
Empréstimos	74.450	67,144	23.854	95.990	114.430	279.123	654.991	29,35%	319.875	16,84%
Outros créditos (1)	650.919	300.931	182.683	295.327	145.769	1.288	1.576.917	70,65%	1.583.383	83,16%
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>725.369</b>	<b>368.075</b>	<b>206.537</b>	<b>391.317</b>	<b>260.199</b>	<b>280.411</b>	<b>2.231.908</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.903.258</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>	<b>709.184</b>	<b>349.817</b>	<b>214.306</b>	<b>358.998</b>	<b>219.579</b>	<b>51.374</b>				

(1) Com característica de concessão de crédito - cartão de crédito.

Operações de crédito	Curso anormal						Total em 31 de dezembro			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2022		2021	
	(B)	%	(B)	%	(B)	%				
Empréstimos	55.955	51.122	60.309	191.010	306.504	664.900	664.900	100,00%	388.626	100,00%
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>55.955</b>	<b>51.122</b>	<b>60.309</b>	<b>191.010</b>	<b>306.504</b>	<b>664.900</b>	<b>664.900</b>	<b>100,00%</b>	<b>388.626</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>	<b>67.516</b>	<b>44.560</b>	<b>48.435</b>	<b>132.983</b>	<b>95.132</b>				<b>388.626</b>	<b>100,00%</b>

Operações de crédito	Curso anormal						Total em 31 de dezembro				Total Geral em 31 de dezembro			
	Parcelas vincendas						2022		2021		2022		2021	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%	(A+B+C)	%	(A+B+C)	%
Empréstimos	4.268	4.099	3.421	8.492	10.342	6.002	36.624	100,00%	31.649	100,00%	1.356.515	46,24%	740.150	31,85%
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.576.917	53,76%	1.583.383	68,15%
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>4.268</b>	<b>4.099</b>	<b>3.421</b>	<b>8.492</b>	<b>10.342</b>	<b>6.002</b>	<b>36.624</b>	<b>100,00%</b>	<b>31.649</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.933.432</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.903.258</b>	<b>64,04%</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>	<b>3.564</b>	<b>3.406</b>	<b>2.869</b>	<b>7.003</b>	<b>8.561</b>	<b>6.246</b>					<b>2.323.533</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.583.383</b>	<b>64,04%</b>

**b) Concentração das operações de crédito**

	2022		2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior devedor	909	0,03%	1.458	0,06%
10 maiores devedores seguintes	1.341	0,05%	4.987	0,22%
50 maiores devedores seguintes	3.878	0,13%	12.367	0,53%
100 maiores devedores seguintes	17.445	0,59%	11.884	0,51%
Demais devedores	2.909.859	99,20%	2.292.837	98,68%
<b>Total carteira</b>	<b>2.933.432</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.323.533</b>	<b>100,00%</b>

**c) Setor de atividade econômica**

	2022		2021	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado				
Pessoa física	2.932.523	99,96%	2.322.075	99,94%
Pessoa jurídica	909	0,04%	1.458	0,06%
<b>Total</b>	<b>2.933.432</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.323.533</b>	<b>100,00%</b>

**d) Modalidades e níveis de risco**

Operações de crédito	Em 31 de dezembro										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2022	2021
Empréstimos e títulos descontados	290	446.890	92.330	117.770	106.038	90.979	68.442	65.964	367.812	1.356.515	740.150
Outros créditos	14.842	1.071.261	320.307	119.233	26.651	6.002	3.003	2.698	12.920	1.576.917	1.583.383
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>15.132</b>	<b>1.518.151</b>	<b>412.637</b>	<b>237.003</b>	<b>132.689</b>	<b>96.981</b>	<b>71.445</b>	<b>68.662</b>	<b>380.732</b>	<b>2.933.432</b>	<b>2.933.432</b>
%	<b>0,52%</b>	<b>51,75%</b>	<b>14,07%</b>	<b>8,08%</b>	<b>4,52%</b>	<b>3,30%</b>	<b>2,44%</b>	<b>2,34%</b>	<b>12,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total em 31/12/2021</b>	-	<b>1.807.467</b>	<b>72.643</b>	<b>68.326</b>	<b>91.538</b>	<b>60.895</b>	<b>51.648</b>	<b>49.075</b>	<b>121.941</b>	<b>2.323.533</b>	<b>2.323.533</b>
%	<b>0,0%</b>	<b>77,79%</b>	<b>3,13%</b>	<b>2,94%</b>	<b>3,94%</b>	<b>2,62%</b>	<b>2,22%</b>	<b>2,11%</b>	<b>5,25%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**e) Composição da carteira de operações de crédito, outros créditos com característica de concessão e constituição da provisão para perda esperada - risco de crédito**

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão	
	Curso normal	Curso anormal	Total	%	Provisão total	%
AA	15.105	27	15.132	0,52%	-	-
A	1.491.246	26.905	1.518.151	51,75%	8.886	1,41%
B	379.611	33.026	412.637	14,07%	12.305	1,95%
C	187.588	49.415	237.003	8,08%	23.659	3,75%
<b>Subtotal</b>	<b>2.073.550</b>	<b>109.373</b>	<b>2.182.923</b>	<b>74,42%</b>	<b>44.850</b>	<b>7,10%</b>
D	68.616	64.073	132.689	4,52%	39.649	6,28%
E	24.600	72.381	96.981	3,30%	48.343	7,65%
F	12.302	59.143	71.445	2,44%	49.525	7,84%
G	10.578	58.084	68.662	2,34%	68.546	10,86%
H	42.262	338.470	380.732	12,98%	380.732	60,26%
<b>Subtotal</b>	<b>158.358</b>	<b>592.151</b>	<b>750.509</b>	<b>25,58%</b>	<b>586.795</b>	<b>92,90%</b>
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>2.231.908</b>	<b>701.524</b>	<b>2.933.432</b>	<b>100,00%</b>	<b>631.645</b>	<b>100,00%</b>
%	<b>76,09%</b>	<b>23,91%</b>	<b>100,00%</b>			
<b>Total em 31/12/2021</b>	<b>1.903.258</b>	<b>420.275</b>	<b>2.323.533</b>	<b>100,00%</b>	<b>256.697</b>	<b>100,00%</b>
%	<b>81,91%</b>	<b>18,09%</b>	<b>100,00%</b>			

A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99.

**f) Movimentação da provisão para perdas esperadas - Risco de crédito**

	2º Semestre		Em 31 de dezembro	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	534.598	256.697	273.108	
Constituição líquida de reversões	325.332	692.471	144.045	
Baixas para prejuízo	(228.286)	(317.524)	(160.456)	
<b>Saldo final</b>	<b>631.644</b>	<b>631.644</b>	<b>256.697</b>	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.071	1.274	30.312	
Créditos renegotiados	198.188	351.155	108.666	

**g) Informações sobre cessões de crédito**

No exercício de 2022 não foram realizadas operações de cessão de crédito sem coobrigação da carteira ativa (resultado líquido negativo de R\$ 184.865 em 31 de dezembro de 2021) reconhecido na rubrica "Despesa de Intermediação Financeira - Operações de venda de transferência de ativos financeiros".

**h) Operações de crédito**

	2º Semestre		Em 31 de dezembro	
	2022	2021	2022	2021
Rendidas de empréstimos	408.606	762.223	673.822	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.071	1.274	30.312	
<b>Total</b>	<b>409.677</b>	<b>763.497</b>	<b>704.134</b>	

**7) OUTROS ATIVOS**

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Devedores diversos (1)	50.661	29.630
Despesa antecipada	10.056	1.606
Material em estoque (2)	7.739	8.061
Adiantamento e antecipações salariais	4.329	4.001
Valores a receber de sociedades ligadas	1.560	1.550
Devedores por depósito em garantia	1.055	903
Serviços prestados a receber	30	898
<b>Total</b>	<b>75.430</b>	<b>46.649</b>

(1) Refere-se substancialmente, a valores a receber de títulos, que serão liquidados em datas próximas; e

(2) Refere-se a estoque de plásticos adquiridos para confecção do cartão Digio.

**8) IMOBILIZADO**

	Em 31 de dezembro			
	2022		2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	913	(199)	714	211
Móveis e equipamentos	1.218	(735)	483	564
Sistemas de processamento de dados	1.415	(488)	927	339
<b>Total</b>	<b>3.546</b>	<b>(1.422)</b>	<b>2.124</b>	<b>1.114</b>

**b) Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2022 a composição dos títulos e valores mobiliários estavam representados conforme abaixo:

**5.b.1) Composição dos títulos segregando em carteira própria e vinculada**

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
<b>Carteira própria</b>		
Letras financeiras do tesouro	119.548	361.386
<b>Vinculados</b>		
Letras financeiras do tesouro	841.279	403.151
<b>Total</b>	<b>960.827</b>	<b>764.537</b>

**5.b.2) Classificação dos títulos por categoria e vencimento**

Títulos disponíveis para venda	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/mercado	Valor de custo atualizado	Ajuste a valor de mercado
Letras financeiras do tesouro	552.986	407.841	960.827	960.607	220
<b>Total em 31/12/2022</b>	<b>552.986</b>	<b>407.841</b>	<b>960.827</b>	<b>960.607&lt;/</b>	

...continuação



**Banco Digio S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil**

**12) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

**Passivos contingentes**

O Banco Digio é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração do Banco Digio entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

**a) Processos trabalhistas**

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

**b) Processos cíveis**

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, procedência da reclamação, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

**c) Provisões passivos contingentes**

O Banco Digio é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

O Banco Digio é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Cíveis.....	7.112	7.702
Trabalhistas.....	1.517	2.189
Tributárias.....	229	32
Fiscais.....	-	310
<b>Total.....</b>	<b>8.858</b>	<b>10.233</b>

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está representada no quadro abaixo:

	Cíveis		Trabalhistas		Tributárias		Fiscais		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>No final do exercício de 2021.....</b>	<b>7.702</b>	<b>2.189</b>	<b>32</b>	<b>310</b>	<b>10.233</b>					
Adição (Baixa).....	(128)	(498)	178	(310)	(758)					
Reversão.....	(2.850)	(453)	-	-	(3.303)					
Atualização monetária.....	2.388	279	19	-	2.686					
<b>No final do exercício de 2022.....</b>	<b>7.112</b>	<b>1.517</b>	<b>229</b>	<b>-</b>	<b>8.858</b>					

**Passivos contingentes - risco de perda possível**

O Banco Digio mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 18.425 (R\$ 15.785 em 31 de dezembro de 2021) compõe processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda possível.

**13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Capital social.....	441.336	441.336
<b>Total.....</b>	<b>441.336</b>	<b>441.336</b>

**b) Reservas de capital**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Reservas de capital (1).....	295.764	295.764
<b>Total.....</b>	<b>295.764</b>	<b>295.764</b>

(1) Reserva de capital oriunda da incorporação reversa da Farly Participações Ltda.

**c) Prejuízos acumulados**

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Prejuízos acumulados iniciais.....	(241.300)	(212.938)
Prejuízo dos exercícios.....	(342.940)	(28.362)
<b>Total.....</b>	<b>(584.240)</b>	<b>(241.300)</b>

**14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS**

	2º Semestre 2022		Em 31 de dezembro 2022		2021	
Interchange.....	64.263	126.772	116.482			
Rendas de comissões de operações pré-pagas.....	21.649	39.392	10.646			
Rendas com cartões de crédito (1).....	8.104	18.553	22.906			
Outras.....	995	1.865	839			
<b>Total.....</b>	<b>95.011</b>	<b>186.582</b>	<b>150.873</b>			

(1) Inclui tarifas bancárias, comissões e anuidades.

**15) DESPESAS DE PESSOAL**

	2º Semestre 2022		Em 31 de dezembro 2022		2021	
Proventos.....	(33.949)	(63.611)	(42.747)			
Benefícios.....	(12.373)	(21.559)	(12.449)			
Encargos sociais.....	(11.819)	(22.584)	(14.784)			
Participação dos empregados no lucro.....	(10.732)	(19.750)	(15.817)			
Outras.....	(303)	(401)	(603)			
<b>Total.....</b>	<b>(69.176)</b>	<b>(127.905)</b>	<b>(86.400)</b>			

**16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º Semestre 2022		Em 31 de dezembro 2022		2021	
Sistema financeiro - correspondente no país.....	(123.986)	(194.061)	(33.917)			
Serviços de terceiros (1).....	(68.944)	(119.324)	(115.823)			
Processamento de dados.....	(30.599)	(60.214)	(36.260)			
Propaganda e publicação.....	(23.545)	(42.866)	(21.914)			
Depreciações e amortizações.....	(15.881)	(26.622)	(33.413)			
Outras.....	(13.130)	(20.476)	(15.449)			
Sistema financeiro.....	(11.744)	(22.173)	(22.729)			
Comunicações.....	(2.600)	(5.861)	(19.988)			
Aluguéis.....	(1.812)	(3.403)	(2.257)			
<b>Total.....</b>	<b>(292.241)</b>	<b>(495.000)</b>	<b>(301.750)</b>			

(1) Refere-se substancialmente ao pagamento de comissão e despesas com serviços de call center, tecnologia, e consultorias.

**17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	2º Semestre 2022		Em 31 de dezembro 2022		2021	
Contribuição à Cofins.....	(19.291)	(37.497)	(36.694)			
Contribuição ao PIS/PASEP.....	(3.144)	(6.118)	(5.979)			
Impostos sobre serviços - ISS.....	(2.367)	(4.685)	(3.527)			
IOF.....	(698)	(1.579)	(2.052)			
Outros impostos e taxas.....	(375)	(1.186)	(433)			
<b>Total.....</b>	<b>(25.875)</b>	<b>(51.065)</b>	<b>(48.685)</b>			

**18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2º Semestre 2022		Em 31 de dezembro 2022		2021	
Outras receitas financeiras (1).....	8.047	19.928	17.714			
Outras receitas operacionais (2).....	1.896	3.772	10.441			
Varição cambial.....	441	961	966			
Ressarcimento de custos.....	18	39	315			
Reversão de provisão operacional.....	-	34	-			
<b>Total.....</b>	<b>10.402</b>	<b>24.734</b>	<b>29.436</b>			

(1) Incentivos e Fee internacional com bandeiras; e

(2) Reconhecimento de operações em virtude da descontinuidade do produto IBICARD.

**19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º Semestre 2022		Em 31 de dezembro 2022		2021	
Descontos concedidos em renegociações (1).....	(36.190)	(52.209)	(32.824)			
Despesas juros sobre conta pagamento (2).....	(32.100)	(54.571)	(12.586)			
Fee de bandeiras.....	(17.356)	(34.006)	(29.168)			
Centro administrativo compartilhado (Nota 20).....	(6.058)	(16.007)	(26.013)			
Perdas operacionais.....	(5.391)	(8.718)	(43.720)			
Indenizações e custos judiciais.....	(3.916)	(8.585)	(6.576)			
Despesas de processamento de cartão.....	(1.868)	(3.799)	(2.349)			
Outras.....	(1.557)	(2.748)	(795)			
Despesas de cashback.....	(1.001)	(1.978)	(5.387)			
<b>Total.....</b>	<b>(106.037)</b>	<b>(182.621)</b>	<b>(159.418)</b>			

(1) Ação de cobrança a fim de mitigar o aumento de PLC (perdas líquidas de crédito) impulsionado pelos feirões de crédito; e

(2) Remuneração da conta digital.

**20) PARTES RELACIONADAS**

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pelo Banco com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Kartra Participações Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária, tais como: Atele S.A., Lívolo S.A., Elo Participações Ltda., Elo Serviços S.A. e o Banco Bradescard S.A. O Banco na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Ativos/(Passivos)		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
<b>Caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>923</b>	<b>1.271</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Banco Bradesco S.A.....	923	1.130	-	-
Banco do Brasil S.A.....	-	62	-	-
Banco Bradescard S.A.....	-	79	-	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez.....</b>	<b>205.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Banco Bradesco S.A.....	205.764	-	-	-
<b>Captação em depósitos interfinanceiros (Nota 10).....</b>	<b>(2.082.271)</b>	<b>(324.092)</b>	<b>(124.929)</b>	<b>(584)</b>
Banco Bradesco S.A.....	(2.082.271)	(324.092)	(124.929)	(506)
Banco do Brasil S.A.....	-	-	-	(78)
<b>Outros depósitos.....</b>	<b>(669)</b>	<b>(602)</b>	<b>1.899</b>	<b>1.051</b>
Lívolo S.A.....	(669)	(602)	1.899	1.051
<b>Captação em depósitos a prazo (Nota 10).....</b>	<b>(775.512)</b>	<b>(21.490)</b>	<b>(34.563)</b>	<b>(34.563)</b>
Atele S.A.....	-	(144.147)	(4.530)	(6.524)
Lívolo S.A.....	-	(619.177)	(16.670)	(26.904)
Elo Participações Ltda.....	-	(11.448)	(290)	(1.035)
<b>Obrigações por operações compromissadas (Nota 10).....</b>	<b>(235.930)</b>	<b>-</b>	<b>(14.179)</b>	<b>(1.515)</b>
Banco Bradesco S.A.....	(235.930)	-	(14.179)	(1.515)
<b>Valores a receber.....</b>	<b>598.662</b>	<b>446.231</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Atele S.A.....	597.102	445.081	-	-
Elo Participações Ltda.....	-	94	-	-
Elo Serviços S.A.....	1.560	1.056	-	-
<b>Valores a pagar (Nota 11).....</b>	<b>(22.673)</b>	<b>(5.823)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Banco Bradescard S.A.....	(4.397)	(1.435)	-	-
Banco Bradesco S.A.....	-	(6)	-	-
Atele S.A.....	(18.276)	(2.640)	-	-
Elo Participações Ltda.....	-	(1.742)	-	-
<b>Serviços prestados.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>823</b>	<b>480</b>
Lívolo S.A.....	-	-	823	480
<b>Sistema financeiro - correspondente no país.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(159.262)</b>	<b>(26.225)</b>
Atele S.A.....	-	-	(159.262)	(26.225)
<b>Serviços do sistema financeiro.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.562)</b>	<b>(15.770)</b>
Banco Bradesco S.A.....	-	-	(11.562)	(8.440)
Banco do Brasil S.A.....	-	-	-	(7.330)
<b>Rendas com incentivos.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.017</b>	<b>8.172</b>
Elo Serviços S.A.....	-	-	7.017	8.172
<b>Serviços administrativos.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.132)</b>	<b>(26.248)</b>
Elo Participações Ltda.....	-	-	(16.007)	(26.013)
Lívolo S.A.....	-	-	(125)	(235)
<b>Despesas de processamento de cartão.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.130)</b>	<b>(1.302)</b>
Banco Bradescard S.A.....	-	-	(2.962)	(1.302)
<b>Despesas com serviços associação a transações de pagamentos.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.168)</b>	<b>(1.371)</b>
Elo Serviços S.A.....	-	-	(4.168)	(1.371)
<b>Rendas com aplicações financeiras.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.982</b>	<b>-</b>
Banco Bradesco S.A.....	-	-	9.982	-

**21) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

O montante global anual da remuneração dos Administradores do Banco Digio é definido anualmente na Assembleia Geral Ordinária e fixado conforme determina o Estatuto Social.

Os honorários dos Administradores em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 1.009 (R\$ 861 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

Aos empregados é concedida uma gratificação com base nas metas do Banco Digio definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas do Banco Digio.

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para gratificação aos empregados, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 19.750 (R\$ 15.817 em 31 de dezembro de 2021), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

O Banco Digio dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida do Banco Digio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está contabilizada na rubrica "Despesa de pessoal" e totalizaram R\$ 1.665 e R\$ 841, respectivamente.

**a) Outras informações**

Conforme determina a Resolução nº 4.693, as operações com partes relacionadas, são realizadas em condições compatíveis com as transações efetuadas com terceiros no que tange a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis.

No exercício, não foram realizadas operações de crédito ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

**22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

...continuação



**Banco Digio S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil**

**25) OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Outras informações**

Em 4 de fevereiro de 2022, através de Ofício, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração no grupo de controle do Banco Digio.

Em 25 de fevereiro de 2022, o Banco Bradesco S.A. concluiu a aquisição de 49,99% da participação acionária no capital social do Banco Digio, passando a deter, indiretamente, 100% do capital social do Digio. Essa aquisição, reforça a estratégia da Organização Bradesco de expandir a oferta de serviços financeiros por meio de plataformas digitais.

**b) Resultados recorrentes e não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (342.940) mil, não havendo resultado não recorrente. Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (28.362) mil, não havendo resultado não recorrente.

**c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros**

**Resolução CMN nº 4.966** - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação a contabilidade de instrumentos destinados a *hedge*, a avaliação da efetividade de operações de *hedge* passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O Digio preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

O Digio vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

**Instrução Normativa BCB nº 319** - Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

**d) Eventos subsequentes**

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Com o objetivo de fortalecer seu segmento de negócios digitais, o Bradesco está fazendo a fusão da carteira digital Bitz no Banco Digio. Trata-se de uma decisão estratégica natural, que segue a tendência de mercado de buscar ganhos de sinergia. Ao longo do mês de março, os clientes do Bitz serão convidados a baixar o app do Digio e abrir uma conta para aproveitar todos os benefícios que o banco digital oferece. O app do Bitz estará funcional até abril de 2023.

**DIRETORIA**

Carlos Giovane Neves  
**Diretor-Presidente**

Marcelo Scarpa Rezende Leite  
**Diretor**

Douglas Paz de Lima  
Contador – CRC ISP201688/O-0

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas, Conselho da Administração e aos Administradores do

**Banco Digio S.A.**  
Barueri - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Digio S.A. ("Banco Digio" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digio em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauti  
Contador CRC ISP206103/O-4

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforma MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.  
A autenticidade pode ser conferida no lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5C57-7492-234C-700C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5C57-7492-234C-700C



### Hash do Documento

FB24E655E2FAAF575BC00D0CA7D7C6C6D592E88CD272E20A92FA9647D570B3F4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/03/2023 00:58 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



**CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A**

CNPJ nº 14.898.814/0001-08

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021			Demonstração de Resultados em 31/12/2022		
Balanco Patrimonial em 31/12/2022			Balanco Patrimonial em 31/12/2021		
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	835.975,95	1.056.202,92	Exigível a Curto Prazo	2.154,03	53.490,21
Caixa	1.000,00	1.000,00	Fornecedores	1.681,37	928,21
Banco Contas-correntes	834.975,95	1.055.202,92	Sócios	-	52.562,00
<b>Outros Créditos</b>	<b>393,88</b>	<b>-</b>	Impostos a Recolher	472,66	-
Impostos a Compensar - RET/Antecipações	393,88	-	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.154,03</b>	<b>53.490,21</b>
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>836.369,83</b>	<b>1.056.202,92</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Ativo Não Circulante</b>			Exigível a Longo Prazo	-	-
Investimentos	38.845.922,48	37.621.990,92	Conta-corrente entre Empresas	-	36.245,89
Outros Investimentos	38.845.922,48	37.621.990,92	Receita Diferida de Aplicação Financeira	31.350,31	-
			Total Passivo Não Circulante	<b>31.350,31</b>	<b>36.245,89</b>
			<b>Total Passivo</b>	<b>31.350,31</b>	<b>36.245,89</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital Social Subscrito	38.692.099,89	38.692.099,89
			Capital Social a Integralizar	501,05	501,05
			AFAC	1.000,00	-
			Lucros/Prejuízos Acumulados	(43.812,97)	(104.143,20)
			<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>39.648.787,97</b>	<b>38.588.457,74</b>
			<b>Total Passivo</b>	<b>39.648.292,31</b>	<b>38.678.193,84</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Título	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Dividendos	Lucro Líquido do Período
Saldos em 31/12/2021	38.692.099,89	-	(83.797,02)	-	(17.328,56)
Saldos em 31/12/2022	38.692.099,89	-	68.155,22	-	134.623,68

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2022**

**1. Contexto operacional - Citrino Empreendimento e Participação SA** é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua José Ramon Urzida, 975, Subsolo 2, Sala 1, no bairro Vila Andrade, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 21 de novembro de 2011. **2. Quanto a atividade** - A Companhia tem como atividade principal outras sociedades de participação, exceto *holdings*. **3. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações

financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação societária e contemplam em sua totalidade as alterações da Lei nº 11.638 de dezembro de 2007. **4. Principais práticas contábeis - a) Disposibilidades:** As disponibilidades compreendem o saldo em banco e valor em caixa. **b) Investimentos:** Corresponde à aquisição de grupo via aporte de sócios para futuro aumento do Capital Social juntamente com melhorias feitas ao imóvel.

Contabilista: **Oswaldo Nascimento Gonçalves da Silva** - TC CRC 15P127932/O-9**Tutelar Empreendimentos S.A.**

CNPJ/ME 55.389.399/0001-36 - NIRE 35.300.376.536

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 26/04/2023 de forma presencial, na sede da Companhia para aqueles que comparecerem presencialmente e via zoom para ingresso remoto, às 09:00 horas em primeira convocação ou às 09:30 em segunda e última convocação, para examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (iii) alteração dos requisitos para ser nomeado como Diretor e membro do Conselho de Administração; (iv) alteração e otimização da forma de convocação dos acionistas para realização de assembleias; (v) alteração do objeto social da Companhia; e (vi) consequente reforma do Estatuto Social, se aprovadas as deliberações acima. Estarão à disposição dos acionistas, a partir da data 26/03/2023, na sede da Companhia, a cópia dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e a forma de ingresso à reunião via zoom deverá ser solicitada pelo e-mail [fi@tenetes.com.br](mailto:fi@tenetes.com.br), sendo certo que serão respondidos apenas os e-mails cujo remetente seja o acionista ou seu representante legal.

**AGRO REUNIDAS S/A**

CNPJ/ME nº 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Agro Reunidas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes, 855, Centro, Matoão/SP, CEP 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022. **Matoão, 28/03/2023. Cleber Baldan - Presidente do Conselho de Administração.** (28.29.30)

**BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.**

CNPJ/ME Nº 52.311.347/0001-59 - NIRE 35.300.028.252

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500, Matoão/SP, CEP 15.993.000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022. **Matoão, 28/03/2023. Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração.** (28.29.30)

**TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A**

CNPJ/ME Nº 55.939.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Transbia Transportes Baldan S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes, 848, Centro, Matoão/SP, CEP 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022. **Matoão, 28/03/2023. Walter Baldan Filho - Diretor.** (28.29.30)

**Companhia Brasileira de Alumínio**

CNPJ/ME nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

**Companhia Aberta****Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Ser Realizada em 27 de Abril de 2023**

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 61.409.892/0001-73, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2598-4 ("Companhia"), a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14:00 horas ("AGO"), de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 121 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 5º e 26 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o Relatório da Administração, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, contemplando: (i) a alteração da redação do artigo 3º, de forma a incluir novas alíneas para inclusão de objeto social; e (ii) a consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGO por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGO munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou dos seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o link: <https://plataforma.salm.adv.br/ALFM/acionista/wrconsentimento.aspx?cxkWIWdnrC354-AjXJx1HbXVh-JE3y9p1V5Smm1f> e/ou <https://www3.b3.com.br/portal/acoes/maZa>, a partir de 2023, para acessar as informações solicitadas e fornecer todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o pré-cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. A Companhia aceitará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da respectiva AGO, ou seja, até 25 de abril de 2023; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhadas de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81, no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto à Distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (<https://ri.cba.com.br>) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, sendo necessários nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO. As instruções detalhadas para participação na AGO, bem como todos os documentos necessários para a realização da AGO, estão disponíveis no site da Companhia, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (<https://ri.cba.com.br>) e na página da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)). São Paulo, 27 de março de 2023. Luis Ermirio de Moraes - Presidente do Conselho de Administração.

**REC RESI II Participações S.A.**

CNPJ nº 21.807.597/0001-50 - NIRE 35.300.493.338

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2023**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 27 (vinte e sete) de março de 2023, às 10:30 horas, na sede social da **REC RESI II PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, Itaim Bibi, CEP 04538-905. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas, conforme disposto no Anexo 1. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. MESA:** A mesa foi composta pelo Presidente, Sr. Pedro Ernesto, e pelo Secretário, o Sr. Diogo Gabriel Alvarez. **EXTRATO DO DIA:** Discutiu e deliberou sobre as seguintes matérias: (i) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (ii) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia é consequente à redução do capital social e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iv) sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à elevação das matérias ora deliberadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram o prazo e a forma de restituição dos acionistas da Companhia por meio de depósito judicial, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, dos artigos RS22.712.405.43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) totalmente subscrito e integralizado, para o valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), configurando uma redução de até R\$22.702.405,43 (vinte e dois milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), com o subsequente cancelamento de ações de emissão da Companhia, conforme deliberado em Assembleia de Homologação (abaixo definida), mediante a restituição de capital, que deverá observar os termos das Cláusulas 4 e 7 do Acordo de Acionistas da Companhia, 6.2 consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social da Companhia; (ii) a deliberação de redução do capital social da Companhia e consequente restituição dos acionistas, conforme disposto em determinadas condições; e (iii) a redução do capital social excessivo e consequente restituição dos acionistas da Companhia em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; (iv) a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); (iii) a consignação

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/04F9-3D49-967C-D21B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 04F9-3D49-967C-D21B



### Hash do Documento

C0A63FCE50D4ECCC1AAFDA9141C235F2D680DB73BB9D7FB3B13C2C25DAA0F89A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/03/2023 09:43 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/140D-E68D-D0BE-5264> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 140D-E68D-D0BE-5264



### Hash do Documento

73D2495AEC7905AF062401EDD78EEE752A10B34271E64318F668AC95E3EF7AAC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 28/03/2023 00:59 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

